



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Corpos e Fronteiras Coloniais: racialização, hipersexualização e resitência de mulheres brasileiras em Portugal

Beatriz Rosa Duarte

Mestrado em Psicologia das Relações Interculturais

Orientadores:

Doutor João Manuel de Oliveira, Professor Auxiliar Convidado (com agregação),
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Cecília do Rosário da Mota Aguiar, Professora Associada, ISCTE -
Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2025



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Psicologia

Corpos e Fronteiras Coloniais: racialização, hipersexualização e resistência de mulheres brasileiras em Portugal

Beatriz Rosa Duarte

Mestrado em Psicologia das Relações Interculturais

Orientadores:

Doutor João Manuel de Oliveira, Professor Auxiliar Convidado (com agregação),
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Cecília do Rosário da Mota Aguiar, Professora Associada, ISCTE -
Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2025

*Dedico esse trabalho a todas as mulheres brasileiras
que tiveram a possibilidade de atravessar fronteiras
atrás de seus sonhos, e transformaram
o exílio em força e o estigma em luta.*

Agradecimento

Primeiramente, eu queria agradecer à minha mãe, Ana Stela e ao meu pai Pedro, que me apoiaram a ser essa pessoa livre, sempre estando comigo e me incentivando em todos os projetos de vida.

A todos os meus ancestrais, em especial vó Toinha, vó Iaiá, vó Ana, Maia, vô Ary, vô Hênio e, principalmente, vó Di, minha branquinha que me mostrou a alegria em momentos simples da vida.

Aos meus irmãos Ary e Davi, por estarem comigo desde sempre. As minhas tias e tios, madrinha e padrinho, que sempre foram fontes de afeto e carinho em todos os momentos dessa minha caminhada.

Aos meus orientadores. Em especial ao João por aceitarem me orientar, entendendo as minhas dificuldades e me ajudar no processo de construção deste trabalho. E as mulheres que aceitaram participar das entrevista doando um pouco de seu tempo e vivências.

As mulheres que me cuidaram com muito afeto e me trouxeram outras realidades e o questionamento das estruturas sociais, em especial Janete, Joelma, Carol, Marília, Lena e Néia.

As amigas que estiveram comigo desde sempre e que mesmo à distância estiveram presentes nesse processo, Gabi, Marina, Jady, Tina, Jorginho e Lu.

A todas as professoras e professores que passaram pelo meu desenvolvimento acadêmico e me trouxeram um desenvolvimento pessoal e profissional. Aos amigos e colegas que ganhei durante toda essa jornada.

A Pri, minha incentivadora, contato de emergência e proporcionadora de comidinhas com gosto de afeto. Às minhas colegas e amigas, Henriqueta e Kelly, sendo estruturas umas para as outras, em cada momento dos nossos mestrados.

As Tiquitas colombianas, Yaravi e Andrea, que sempre estiveram me ajudando, nos momentos Maria do Bairro, e alterando horários e rotinas para que eu conseguisse fazer todo o mestrado.

Ao Baque Mulher, movimento de empoderamento e resistência, a nossa Mestra Joana, nossa Yabá Tenily e a todas as mulheres do Baque Mulher Lisboa, sempre me trouxeram força e ritmo para essa caminhada.

As todas as amizades que conquistei nesses anos de imigração, que estiveram comigo trazendo alegria e acolhimento, especialmente Sâmara, Jana, Fafá, Thânia, Carlinha e Cris.

E nessa reta final, às mulheres maravilhosas da Casa da Gente que me acolheram em Barcelona e me proporcionaram uma experiência engrandecedora de estágio. Em especial a Maria, Ju Taboada, Ju Moreno, Anna e Lizandra.

A amizade de Rochelle, que me proporcionou momentos apocalípticos na Espanha e ajudou na produção deste trabalho. Ao Nuno que esteve presente me ajudando e apoiando nesse último ano.

E a todas as pessoas que, de alguma forma, passaram pelo meu caminho e fizeram parte desta construção do que estou hoje.

*“Povoada,
quem falou que eu ando só?
Tenho em mim mais de muitos,
Sou uma, mas não sou só.”*

(Sued Nunes, 2022)

Muito Obrigada a cada um.

Resumo

O presente estudo investiga as experiências de violência de gênero vivida por mulheres brasileiras, considerando o estereótipo de hipersexualização como facilitador para a ação, no contexto de imigração em Portugal. O objetivo está em compreender como a construção racial e social, vivenciadas no Brasil, a partir do estereótipo de hipersexualização da mulher negra e do pacto da branquitude, interfere nas experiências de migração destas mulheres e como elas se sentem ao ter que institucionalizar uma violência sofrida. Para alcançar o propósito estabelecido, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com mulheres brasileiras de três divisões raciais diferentes, brancas, pardas e pretas, os resultados foram observados a partir da metodologia de análise temática das entrevistas e pautada na intersecção de gênero, raça, classe social e nacionalidade. As entrevistas permitiram concluir que as experiências vividas no Brasil foram importantes para que as mulheres pretas desenvolvessem mecanismos de proteção, com o intuito de evitar ou lidar melhor com a violência no contexto de imigração. Ao contrário disso, as mulheres brancas vivenciaram o processo de racialização de seus corpos e violências nunca experimentadas antes, demonstrando, inicialmente, uma dificuldade em enfrentar situações parecidas. As mulheres pardas, por sua vez, tiveram experiências distintas na realidade migratória, variando conforme sua classe social de origem e as condições de vida em Portugal, refletindo na presença ou ausência de mecanismos de proteção.

Palavras-chave: raça; gênero; mulher brasileira; estereótipo; imigração; psicologia social.

Abstract

The present study investigates the experiences of gender violence experienced by Brazilian women, considering the stereotype of hypersexualisation as a facilitating factor for such acts within the context of immigration in Portugal. The objective is to understand how racial and social constructions experienced in Brazil, particularly those arising from the stereotype of the hypersexualised Black woman and the pact of whiteness, influence these women's migration experiences and how they feel when required to institutionalise the violence they have suffered. To achieve the proposed aim, semi-structured interviews were conducted with Brazilian women from three racial groups: White, Brown (mixed-race), and Black. The results were examined using thematic analysis of the interviews, grounded in the intersection of gender, race, social class, and nationality, and informed by phenomenology. The interviews revealed that the experiences lived in Brazil were crucial for Black women to develop protection mechanisms aimed at preventing or better coping with violence within the migratory context. In contrast, White women experienced the racialisation of their bodies and forms of violence never previously encountered, initially showing difficulty in confronting such situations. Brown women, in turn, had distinct experiences in the migratory context, varying according to their social class of origin and living conditions in Portugal, which reflected the presence or absence of protective mechanisms.

Keywords: race; gender; Brazilian women; stereotype; immigration; social psychology.

Índice

Agradecimento	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Introdução	1
Capítulo 1. Revisão de Bibliografia	5
1.1. A Construção do Estereótipo de Hipersexualização das Mulheres Indígenas e Negras no Brasil: do período colonial à atualidade	5
1.1.1. Processo de Colonização dos Corpos	6
1.1.2. A mestiçagem e a Construção da Identidade Brasileira	11
1.1.3. A Hipersexualização da Mulher Negra e Indígena no Brasil e a Criação do Termo “Mulata Exportação”	14
1.1.4. A Mulher Branca dentro da Construção Racial e Patriarcal no Brasil	18
1.2. A Mulher Brasileira no Contexto de Imigração em Portugal	20
1.2.1. A Construção do Estereótipo da Mulher Brasileira em Portugal	21
1.2.2. Contextos Vivenciais das Mulheres Brasileiras Imigrantes	23
Capítulo 2. Metodologia	27
2.1. Objetivo	27
2.2. Natureza da Pesquisa	27
2.3. Fundamentação Teórica e Metodológica	27
2.4. Estrutura das Entrevistas e as Participantes	28
Capítulo 3. Análise Temática das Entrevistas	31
3.1. Realidade Social no Brasil	31
3.2. Vivências da Violência de Gênero no Brasil	33
3.3. Mecanismos Desenvolvidos para Proteção no Brasil	36
3.4. Motivos para Migrar e Contexto de Chegada em Portugal	37
3.5. Vivência de Violência de Gênero em Portugal a partir do Estereótipo de Hipersexualização da Mulher Brasileira	38

3.6. Mecanismos de Proteção Desenvolvidos em Portugal	45
3.7. Acessibilidade às Instituições de Segurança em Portugal	46
Capítulo 4. Discussão	49
Capítulo 5. Conclusões	55
Referências Bibliográficas	57
Anexos	
Anexo A – Formulário de Seleção para a Entrevista	65
Anexo B – Roteiro da Entrevista	67
Anexo C – Consentimento Informado	69
Anexo D – Debriefing/ Explicação da Investigação	71

Introdução

Pra Matar Preconceito

Na rua me chamam de gostosa
E um gringo acha que eu nasci pra dar
No postal mais vendido em qualquer loja
Tô lá eu de costas contra o mar Falam
que meu cabelo é ruim
É bombril, toin-oin-oin, é pixaim
O olhar tipo porta de serviço
É um míssil invisível contra mim
Sou crioula
Neguinha, mulata e muito mais, camará!
Minha história
É suada igual dança no ilê
Ninguém vai me dizer o meu lugar (...)
(Manu da Cuíca & Raul DiCaprio, 2021)

A produção deste estudo dialoga com o enredo desta música, em específico da frase: “E um gringo acha que eu nasci pra dar¹”. Esta frase foi uma realidade apresentada desde minha primeira imigração para a Irlanda, quando em um aplicativo de relacionamento, um homem com quem estava conversando, no momento em que soube que eu era brasileira me mandou uma foto sem roupas. Na época eu não entendi direito, achei que era só mais uma pessoa escrota, porém acabei por evitar me relacionar com estrangeiros. Quando me mudei para Portugal, ocorreram várias situações vinculando a minha nacionalidade à sensualidade. Ocorreu alguns assédios e situações de constrangimento, no trabalho, em vias públicas, com o senhorio², que não tinha como não relacionar. No Brasil eu era uma mulher morena socialmente construída como branca, com muitos privilégios de raça e classe, em Portugal, mesmo sem me conhecer,

¹ O verbo “dar” no sentido coloquial da língua portuguesa pode ter o sentido de “ato sexual”, tendo um significado geralmente associado a participação feminina na relação sexual

² Nome dado a pessoa que aluga uma moradia a outra pessoa.

algumas pessoas me abordavam com a convicção de eu ser brasileira. Como podem eles terem tanta certeza? Foi nessa realidade que descobri que tenho “cara de brasileira”, vivenciando o processo de racialização³. Percebi, através de outros relatos, que outras mulheres brasileiras vivenciaram situações próximas às minhas, porém o que me deixou mais reflexiva, foram as conversas que tive com as minhas amigas negras. Muitas relataram terem vivenciado coisas parecidas ou piores no Brasil. A forma como elas percebem as coisas, hoje em dia, conseguindo evitar ou reagir, faz com que esse tópico não seja algo enfatizado por elas. Foi desse ponto que surgiu as perguntas do estudo na minha cabeça: “Porque vivenciar o estigma de ser mulher brasileira na Europa está parecendo ser mais marcante para mim?” “Essas minhas amigas negras não estão passando pela mesma coisa ou elas não se “afetam” tanto com isso?” “Será que isso ocorre mais comigo e minhas amigas brancas, porque somos mais próximas do padrão Europeu de beleza?”, “Será que as vivências no Brasil foram mais intensas e elas já “não sentem tanto”?”

A partir desses questionamentos comecei a fazer um levantamento dos estudos produzidos, para responder esses meus questionamentos, mas não descobri nenhum que respondesse a essas relações. Foi então que eu comecei a estudar a hipersexualização da mulher negra no Brasil e a hipersexualização da mulher brasileira na Europa. Cada um dos temas vem sendo estudados separadamente desde o final do século XX, ganhando mais visibilidade nos últimos anos. Isso pode estar relacionado ao aumento de mulheres negras e imigrantes nas universidades⁴, possibilitando que esse assunto tenha sua importância perante a sociedade. O pioneirismo em trabalhar com essa questão no Brasil, de forma acadêmica, foi de Lélia Gonzalez, em 1982, com a publicação de *Gênero, raça e classe na formação econômico-social brasileira*. A autora continuou produzindo outros trabalhos com o mesmo viés, servindo como base desta tese para a construção do estereótipo da mulher negra no Brasil. Ao desenvolver a

³ A racialização acontece a partir do momento em que o sujeito branco foi historicamente visto como a norma padrão de humanidade, e não como pertencente a uma raça. Essa construção dá ao branco uma posição de invisibilidade privilegiada: ele é o “universal”, enquanto o não-branco (não europeu) é o “outro”, o “racializado” (Bento, 2022).

⁴ No Brasil - O cruzamento dos dados do Censo da Educação Superior, apontando que nos anos de 2009 a 2022 o percentual de estudantes autodeclarados pretos + pardos nas instituições federais passou de cerca de 17% para 49%, não temos dados específicos com relação ao gênero (IBGE, 2022)./ Em Portugal - Segundo os dados oficiais da Direção-Geral de Ensino Superior (DGES), os estudantes brasileiros em 2013/14 representavam 32,20%, dos estudantes internacionais no ensino superior em Portugal, passando para 42,96% em 2018/19. (Sá et al. 2021) Não se tem dados relacionados a distinção de gêneros, porém segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2014; 2019) do total de imigrantes brasileiros residentes em Portugal, 60,4% em 2013 e 59,3% em 2018 eram do sexo feminino (SEF, 2014; 2019). Esses dados podem representar aumento no número de mulheres brasileiras estudando no ensino superior e produzindo pesquisa sobre assuntos relacionados ao processo de imigração.

temática pelo prisma de uma contextualização histórica, que articula os processos de escravização, da difusão do capitalismo periférico e do patriarcado⁵, para o entendimento do local onde as mulheres negras foram socialmente colocadas em posições sexualizadas e subalternas (Gonzalez, 1982/ 2020).

No contexto de imigração em Portugal, o primeiro texto abordando a temática do estereótipo da mulher brasileira, foi redigido por Luciana Pontes, em 2004, com o texto *Mulheres brasileiras na mídia portuguesa*. Nesta produção, a pesquisadora brasileira, aborda uma das formas de difusão e naturalização dos estigmas criados desde o período colonial, com a Carta de Pero Vaz de Caminha em 1500. A autora expõe que as representações midiáticas não são neutras, ao identificar a nacionalidade e vincular ao estereótipo de sexualidade e disponibilidade sexual, estes meios de comunicação auxiliam na propagação e manutenção de um estigma (Pontes, 2004).

A perpetuação desses estereótipos está relacionada a uma permissão de violência a esses corpos. Ao vincular a mulher negra, no Brasil e a mulher brasileira, em Portugal, à uma sexualização e disponibilidade sexual, gera um estigma de que esses corpos são destituídos de autonomia e limites, gerando a ideia de permissividade. Com a difusão dessa ideia dentro das sociedades, estas mulheres passam a ser alvos constantes de assédios e violações e os agressores não se veem como tal, realizando esses atos com naturalidade. Assim, a manutenção desses estereótipos está relacionada à permissão da violência sobre esses corpos femininos, racializados e sexualizados (Gonzalez, 2020; Pontes, 2004).

Esse rótulo é reflexo do processo de colonização europeia, que se apropriaram de corpos, a partir de uma construção teórica de hierarquização de raças, onde os europeus, brancos, eram os povos detentores de civilidade, inteligência e humanidade, e os demais povos, não-brancos, eram selvagens, irracionais e animais (Fanon, 2022). Essas estruturas de poder perpassam pela construção social e cultural, chegando ao corpo da mulher não-branca, e gerando uma exotização e folclorização. Assim, a hipersexualização das mulheres negras e brasileiras é um legado direto da colonização europeia, que hierarquizou corpos e humanidades a partir de critérios raciais, transformando-os em objetos de dominação e desejo (Carneiro, 2003).

Ao abordar esses dois temas, este trabalho teve como objetivo compreender as realidades raciais e sociais, das mulheres entrevistadas⁶, no contexto brasileiro onde cresceram,

⁵ O patriarcado é um sistema de estruturas de poder e práticas sociais nas quais os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres, presente na sociedade contemporânea (Walby, 1990).

⁶ Constituídas por brancas e negras (pardas e pretas)

e como suas vivências influenciaram na decisão de migrar, nos comportamentos diários e nas experiências a partir do estereótipo de hipersexualização em Portugal. Para teorizar esses relatos e perceber a origem de algumas situações, no primeiro capítulo, foi elaborado a construção do estereótipo de hipersexualidade da mulher negra no Brasil, mostrando sua criação e a diferenciação entre as mulheres brancas e não-brancas, e baseando-se nisso, o segundo capítulo, abordou o processo de racialização das mulheres brasileiras, ao chegarem em Portugal e como o estereótipo da mulher negra passa a atuar de forma generalizada. O estudo utilizou a análise temática das entrevistas para relacionar vivências e comportamentos construídos ao longo das experiências individuais, buscando compreender os pontos de convergência e divergência entre os diferentes grupos raciais. A partir dessa correlação, foi possível perceber de que forma essas experiências influenciam a maneira como essas mulheres percebem e atuam no mundo.

Revisão de Literatura

1.1. A Construção do Estereótipo de Hipersexualização das Mulheres Indígenas e Negras no Brasil: do período colonial à atualidade

O processo de construção de estereótipos pode ser analisado de maneiras distintas, observando a partir de diferentes características presentes no objeto de estudo. O sociólogo Stuart Hall (1997), caracteriza o estereótipo como uma forma específica de representação que produz um sentido simplificado do “outro”, a partir de imagens, práticas culturais e do discurso, ou seja, a descrição de uma realidade definida pelas relações de poder, produzindo somente uma versão e definindo quem é o “outro”. A neutralidade não existe, o estereótipo sempre será um mecanismo de controle social e simbólico, mantendo o “diferente” em posição de subalternidade dentro da hierarquia social. Nesse caso, a formação da sociedade moderna se constrói a partir do processo de apropriação de territórios, culturas, populações e narrativas geradas pelos colonizadores. Os Europeus, dentro desta construção, se autodenominam como brancos, deixando ao restante dos povos a classificação de não-brancos. A criação dos estereótipos, a partir dessa divisão e da construção de narrativas reducionistas, mantém o primeiro grupo com características maioritariamente positivas, ao contrário do segundo. Essa distinção entre os dois se vincula ao conceito de dualidade, bom ou mau, bonito ou feio, inteligência ou força (Bento, 2022).

Goffman (1963) aborda o estereótipo a partir da construção de uma imagem social padronizada, advinda de uma estigmatização das identidades de grupos e como isso afeta as relações cotidianas, produzindo exclusões sociais e marginalizações. Já Collins e Bilge (2021), vincula a produção de estereótipos através da organização estrutural de hierarquias de poder dentro de uma sociedade, sendo considerada uma matriz de dominação estruturada dentro de um sistema interseccional, em que cada divisão social (raça, gênero, classe social, etnia, etc.) se interrelacionam gerando um grau diferente de opressão. Esse sistema gera imagens de controle utilizadas pelos grupos dominantes para a manipulação de sujeitos e coletivos em posições de subalternidade, baseado na construção de um imaginário que influencia na estruturação de uma sociedade (Collins & Bilge, 2021). Dentro dessas separações de grupos e identidades ocorre a criação do estereótipo hipersexualizante da mulher negra e indígena, a

partir de uma construção histórica que intersecciona a raça, gênero e classe, gerando uma separação social e de poder entre elas e as mulheres tidas como brancas no Brasil.

1.1.1. Processo de Colonização dos Corpos

O processo de colonização dos corpos é desenvolvido a partir do período colonial e mantido até os dias atuais, se iniciando através dos avanços marítimos de países que se tornaram as potências econômicas da época, como Portugal, Espanha e Inglaterra. Estes estabeleceram uma relação de domínio político, cultural, econômico, social e religioso sobre muitos territórios e as populações que ali habitavam. O processo histórico de colonização foi marcado por práticas de muita violência pautada por uma narrativa opressora e excludente, apoiada numa gramática política de racialização, para legitimar o domínio branco e eurocentrado (Pinheiro, Silva & Santos, 2024). Baseado na economia de exportação de produtos de uma monocultura, imposta sob a forma de uma economia de plantação, esses países se voltaram à atividade de escravização de povos, aliando a necessidade de mão de obra a baixo custo com as biopolíticas e políticas de extermínio, tanto no caso de povos indígenas no Brasil como no caso das populações africanas. Inicialmente buscavam escravizar povos originários, passando para a exploração de africanos, que se tornaram mercadorias e propriedades lucrativas para os europeus (Costa & Mendes, 2022). A justificativa dessa ação, se apresenta na criação de uma narrativa de hierarquização dos povos a partir de um conceito de civilização, que caracterizava todos que não fossem europeus como inferiores, criando essa diferença entre “nós e eles” (Bento, 2022). A construção desse conceito, foi necessário para um processo de classificação que partia de características fenotípicas⁷, costumes, cultura e conhecimentos, desvalorizando e desenvolvendo um processo de apagamento do outro, negros e indígenas, e imposição do modo de existir europeu (Cyrino, Sousa & Anjos, 2022). Assim, o colonizador desumaniza os povos originários, que passa a ser desprezado e transformado em um ser inferior, um objeto, um animal (Césaire, 2020) para legitimar toda a forma de genocídios.

Todo esse processo se resulta da construção, do que Quijano (2005) vai chamar de uma “colonialidade do poder”, no qual o instrumento de dominação parte da criação de categorias

⁷ As características fenotípicas se baseia em um conceito criado para distinguir os traços físicos visíveis (cor da pele, tipo de cabelo e formato facial) entre os seres humanos e usados com estruturas para classificar e separar populações em raças supostamente distintas. Na construção histórica da teoria de diferenciação racial entre os seres humanos, essas classificações pressupunham, de forma equivocada, que tais características refletiam diferenças biológicas profundas e hierarquizáveis, quando, na realidade, a genética moderna demonstrou que elas representam apenas variações superficiais e contínuas, moldadas principalmente pela adaptação ao ambiente. (Lewontin, 1972)

étnicas diferentes que culminará na concepção da existência de múltiplas raças hierarquizadas, a partir de características fenotípicas e culturais. Assim, dentro desse projeto colonial, para ser considerado humano é necessário ser branco, europeu e masculino, sendo somente o conhecimento produzido por este, verdadeiro. Com a invenção do “índio” e do “negro” no lugar do outro, é constituído o branco colonizador legitimando um regime colonial e racilizador como forma de poder (Quijano, 2005). Com isso, a ideia de raça e, conseqüentemente, o racismo passam a ser o componente estruturante e mais perceptível do controle de povos, agindo a partir da retirada de todas as referências simbólicas e culturais destes, e impondo, através da violência, da escravização dos corpos e da manipulação da subjetividade, a cultura europeia (Godoy, 2021). O Eurocentrismo, nome dado a esse racismo epistêmico, é a hierarquização do valor dado ao ser humano, no qual quem criava os critérios e atribuía valor aos indivíduos e produtos, eram os brancos (Quijano, 2005). Assim, Grosfoguel (2023), traz a colonialidade como:

Contrário ao pensamento de que o racismo é uma ideologia ou uma superestrutura derivada das relações econômicas, a ideia de “colonialidade” estabelece que (...) o racismo é um princípio constitutivo que organiza, a partir de dentro, todas as relações de dominação da modernidade, desde a divisão internacional do trabalho até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero, religiosas, pedagógicas, médicas, junto com as identidades e subjetividades, de tal maneira que divide tudo entre as formas e os seres superiores (civilizados, hiper-humanizados, etc., acima da linha do humano) e outras formas e seres inferiores (selvagens, bárbaros, desumanizados, etc., abaixo da linha do humano). (Grosfoguel, 2023, p. 59)

Para Fanon (2022), dentro desta construção os europeus dividiram os seres humanos em dois tipos, o ser e o não-ser, o primeiro composto pelos homens brancos europeus e racionais, e o segundo pelos não-brancos inferiores animalizados e irracionais. Assim, “(...) os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta.” (Fanon, 2022; p. 104). Tudo isso foi construído a partir de uma organização de mundo material e simbólico, base constitutiva da modernidade ocidental-colonial, e não somente por ideologia e discursos, se mantendo presente em tudo que cerca a existência humana, nas instituições, nos espaços públicos e privados, nos corpos e nos afetos. Partindo de uma estruturação imposta por violência, física e mental, constante ao indivíduo racializado não-branco (Fanon, 2020).

Dentro do conceito de biopoder de Foucault, no qual o Estado tem o poder de “fazer viver e deixar morrer”, ou seja, pode cuidar, regular, proteger e promover a vida ou abandonar

à morte, Mbembe (2016) se utiliza desse conceito para pensar o processo de colonização. O biopoder vai agir dentro de um campo biológico, a partir da caracterização das raças, tentando justificar as diferenças entre os grupos para separar quem vai ser beneficiado ou não pelo poder do Estado. Assim, o racismo passa a ser uma “tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder” (p.128), mostrando como cada corpo será tratado. Com o processo de colonização e escravização, do indivíduo eleito como escravo é retirado o seu direito de ter um “lar”, de decisão sobre seu corpo e sobre seu status social. O Estado destituiu o indivíduo racializado de qualquer direito jurídico-político passando este a ser administrados pelo homem europeu, como um objeto, uma coisa a ser manipulada pelo outro, como ferramenta que gera lucro. Dentro desta construção, o escravo passa a ter um preço e ser um instrumento de trabalho, gerando riquezas para quem o tem. Nessa configuração, o proprietário deste indivíduo passa a exercer o biopoder de fazê-lo viver, pois além de sua produção, este gera lucro a partir de sua reprodução e venda. Mesmo sendo uma relação de muita violência física e mental, o homem branco necessita deste corpo vivo, produtivo e reprodutivo para manter e aumentar os seus ganhos econômicos e de poder (Mbembe, 2016).

Ao trazer a expressão “Corpos Indignos”, Cyrino et al. (2022), mostra a separação de vidas que são dignas, ou não, de serem vividas. Essa divisão faz parte de um sistema sofisticado de classificação, baseado na operacionalização da ciência e do racismo, que dava dignidade, ou não, para um corpo existir como ser social e político. Assim, os corpos tidos como indignos eram considerados selvagens e precisavam ser contidos e domados, retirando desses corpos suas histórias, pertencas e a possibilidade de viver. Tudo isso faz parte de um projeto de modernização, que se mantém com a desumanização de alguns tipos de corpos para que estes possam ser explorados, beneficiando o desenvolvimento das nações e das necessidades econômicas (Cyrino et al., 2022). Mesmo a modernidade trazendo uma ideia de liberalismo, no qual pregava o conceito de liberdade, igualdade e direitos humanos, esta era voltada somente às pessoas consideradas humanas, nesse caso, somente os europeus. As populações escravizadas tiveram somente o direito de serem pertencentes aos brancos, tentando justificar racialmente um fenômeno econômico, cultural e religioso (Costa & Mendes, 2022).

A ideia de um “corpo colonial”, trazido por Frantz Fanon (2022), mostra os efeitos psicológicos, sociais e simbólicos sobre esses indivíduos desumanizados e escravizados. Esse corpo perde a sua característica de neutro, passa a ser racializado e exotizado transformando em um “corpo negro”, marcado e construído pela experiência do racismo e da dominação colonial. Esse corpo, que antes era visto como humano, se torna inferior, diferente e subalterno. O corpo colonial é constantemente violentado, controlado e explorado, sendo alvo direto de

uma violência sistemática, física, psicológica e simbólica. Na relação de colonizador e colonizado, Fanon apresenta um sujeito psicologicamente ferido, no qual o negro interioriza a forma de pensar do branco e começa a se alienar através das lentes do opressor, passando a se odiar, a rejeitar seu próprio corpo e tentando se embranquecer. Seu corpo não lhe pertence completamente, sendo sempre subjugado e controlado pelo mundo que o cerca (Fanon, 2022). Esse conceito de corpo colonial, foi trabalhado por López (2015) como objeto crucial para a constituição do racismo, sendo o símbolo da hierarquização de poder entre os grupos. O corpo negro passa a ser um território de resistência, no qual sua subjetividade tenta dar sentido a esse terreno social conflitivo da relação com o mundo. O corpo é construído a partir de uma realidade social, de concepção histórico-social, com memórias e narrativas que se apresentam simultaneamente no corpo e nas palavras.

Merleau-Ponty (2011), através de uma proposta epistemológica, reconhece esse corpo como local onde o conhecimento é gerado a partir da percepção e interação com o mundo. Contradizendo o racionalismo, onde o corpo é visto como objeto de estudo da ciência, podendo ser mensurado e codificado dentro de um pressuposto cartesiano, que divide o corpo da mente. Diferente disso, o autor traz uma leitura do mundo a partir do corpo como um todo, baseado na percepção deste em interação com o mundo, permitindo uma nova leitura da realidade medida a partir da corporeidade. Essa compreensão de mundo não pode ser medida através de regras científicas, mas sim pela experiência individual da percepção do sujeito em contato com o espaço e seres que o cercam. Fazendo uma correlação entre essa teoria da corporeidade e o corpo negro, Alves & Moreira, (2021) mostra que ao objetificar o corpo negro, como instrumento de trabalho e prazer, o colonizador tira a humanidade desse grupo, que passa a ser ferramenta de produção e reprodução. Para que houvesse essa possibilidade, foi necessário desenvolver uma tentativa de apagamento de toda construção histórica e cultural dos povos escravizados, retirando suas representações, gerando um silenciamento e afetando sua subjetividade e percepção da própria existência no mundo. Assim, quanto menor instrumento de identificação, maior a capacidade de dominação e interiorização da submissão, pois as experiências corporais (corporeidade) passam a ser limitadas à eleição do que os brancos classificam como importantes (Alves & Moreira, 2021). O corpo colonial passa a ter um estigma muito antes de sua concepção, quando nasce o negro já é interpretado e categorizado pelo branco antes mesmo de se ter compreensão do mundo. É retirado desse sujeito seus esquemas de referência e seus constructos simbólicos de existência, não sendo uma escolha, mas uma imposição violenta da cultura do colonizador (Fanon, 2022).

Todo esse processo de colonização de territórios e corpos foram criados pelos europeus e disseminados em todas as suas colônias, fundamentalmente no continente americano, principal consumidor do tráfico de africanos vítimas da escravização moderna. Dentre os países americanos, o Brasil se destacou como o principal comprador, com cerca de 40% de todo comércio realizado, e um dos últimos a proibir esse tipo de prática. O período de comercialização de escravizados durou mais de trezentos anos, consolidando a escravidão como a base da construção social, política, econômica e cultural do país. Mesmo apresentando vários movimentos contra essa construção, esses corpos foram colocados por séculos nesse lugar de submissão, inferioridade e destituídos de saberes e racionalidade (Leite, 2017). Lélia Gonzalez (2020) aborda nesse processo as estruturas hierárquicas europeias, nos quais toda a sociedade é construída a partir de posições sociais bem determinadas, em uma construção ideológica de classificação social (racial e sexual), que foi incorporada no processo de colonização na América Latina. Para isso, o europeu se utilizou de estratégias de internalização do racismo em suas colônias, partindo de um discurso de superioridade de seus povos com relação aos outros. Dentro desta tática, que tem como objetivo a exploração e opressão, autora expôs duas possibilidades de racismo:

Refiro-me, no caso, ao que comumente é conhecido como racismo aberto e racismo disfarçado. O primeiro característico das sociedades de origem anglo-saxônica, germânica ou holandesa, estabelece que negra é a pessoa que tenha tido antepassados negros (“sangue negro nas veias”). De acordo com essa articulação ideológica, miscigenação é algo impensável (embora o estupro e a exploração sexual da mulher negra sempre tenham ocorrido), na medida em que o grupo branco pretende manter sua “pureza” e reafirmar sua “superioridade” (...) Já no caso das sociedades de origem latina, temos o racismo disfarçado ou, como eu classifico, o racismo por denegação. Aqui prevalecem as “teorias” da miscigenação, da assimilação e da “democracia racial”. A chamada América Latina, que, na verdade, é muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa, apresenta-se como o melhor exemplo de racismo por denegação. Sobretudo os países de colonização luso-espanhola, (...). (p. 130).

O racismo latino-americano tem uma sofisticação suficiente para manter a hierarquização dos brancos sobre os povos indígenas e negros em classes mais subordinadas, se estruturando no conceito da ideologia do branqueamento, no qual se utiliza de todos os meios estruturais para reproduzir e perpetuar os valores eurocêntricos como verdadeiros e universais.

Essa ideia passa a se impregnar na construção da identidade racial produzindo o desejo de embranquecimento e negação da própria raça (Gonzalez, 2020).

Silvio de Almeida (2019) apresenta a ideia do “racismo estrutural” como base da construção social brasileira, persistindo a relação de poder na divisão racial mesmo nos dias atuais, negando uma cidadania plena, de direitos políticos, sociais e culturais, aos negros e indígenas brasileiros. Partindo da concepção do mito da “democracia racial”, Gilberto Freyre (1933), mostra uma ideia de que o Brasil teria superado as diferenças raciais graças à miscigenação da população, tentando apagar as violências e desigualdades presentes na história brasileira. Ignorando que a divisão de poder e estrutural do país não fosse pautada nas questões raciais. Através desse pensamento é introduzido ao corpo negro um sentimento de culpa por sua exclusão social, como se o problema estivesse no indivíduo e não em uma estrutura social que o influenciam. Dentro desta construção, o corpo negro passa a ser o suspeito, vinculado à imagem de violência, é tido como descartável, naturalizando a sua morte, como na necropolítica de Mbembe, deixado para morrer. Esse corpo é visto como mercadoria, sendo explorado economicamente, como base da pirâmide social, e ao mesmo tempo descartável, um corpo vigiado constantemente, principalmente em espaços de poder. A desumanização do corpo negro, a partir da estigmatização de seus traços fenotípicos, com a exclusão estética e autoimagem negativa, influencia na construção estrutural da subjetividade do ser negro, trazendo uma representação negativa que o faz crer que não é digno de amor e cuidado, renegando sua própria imagem (Almeida, 2019). Isso faz com que homens e mulheres negros e indígenas tenham um papel e um lugar enraizado no inconsciente social, a partir de um estereótipo, tendo poucas possibilidades de ascensão dentro dessa sociedade, determinada somente para pessoas elegidas que desempenha algumas funções específicas de entretenimento para o branco, como na música e no esporte. Assim o corpo ainda se mantém colonizado, mudando apenas as formas de como isso é produzido, mas sempre servindo às estruturas de poder (Gonzalez, 2020). Sempre que as bases económicas e sociais forem pautadas no racismo estrutural, o corpo não-branco estará colonizado.

1.1.2. A mestiçagem e a Construção da Identidade Brasileira

A colonização foi estabelecida pelas invasões e apropriações de terras e corpos. Esses encontros, entre etnias e raças diferentes, foram marcados pelo processo de miscigenação dos diferentes povos que começaram a conviver entre si. Porém em cada região essas interações ocorreram de formas distintas, como nos Estados Unidos e na África do Sul, mesmo ocorrendo algumas miscigenações, a política da segregação racial (Apartheid) foi adotada de uma forma

intensa, criando legislações para que essa prática não ocorresse. O objetivo era a manutenção de uma raça branca pura, para que não acontecesse a “contaminação” do sangue branco com as impurezas dos outros. Deixando essas diferenças bem definidas na construção da identidade dessas populações e seus respectivos países. No Brasil o processo foi completamente diferente, a construção dessa identidade foi desenvolvida a partir da crença em uma imagem hegemônica, baseada em uma ideia de branqueamento. Esse método estava pautado na concepção de que a partir da miscigenação de várias gerações, de brancos com não-brancos, em um momento toda a população estaria embranquecida. Essa ideia parte de um pressuposto eugenista de determinismo biológico, no qual a genética europeia se sobreporia com relação à dos outros povos. Assim, a identificação racial do Brasil se utiliza de uma “classificação racial cromática”, no qual a cor da pele e alguns traços fenotípicos são a base do reconhecimento racial do indivíduo. As políticas sociais implementadas nesse período, auxiliaram e incentivaram a vinda de qualquer tipo de cidadão europeu para o país, na tentativa de estabelecer um equilíbrio racial, pois a população negra era muito grande. Esta ação gerou uma ambivalência entre a intelectualidade brasileira da época, de um lado vendo a miscigenação como uma degeneração da pureza racial, e de outro, como a possibilidade do branqueamento de um país majoritariamente não-branco (Munanga, 1999).

Dentro deste processo, Freyre (1933) implementou o conceito da “democracia racial”, no qual o autor valoriza a mestiçagem como um traço positivo na construção da identidade brasileira. Partindo de uma visão de harmonia entre os povos e suas culturas, em uma crença de não existência de conflitos estruturais de poderes entre as raças, tendo a miscigenação como um acontecimento positivo. O autor se utiliza do conceito do “lusotropicalismo” para criar essa ideia de que a colonização portuguesa teria sido implementada de uma forma mais tolerante e harmônica, como se estes tivessem uma vocação para desenvolver um convívio com outros povos, não havendo um problema com o processo de miscigenação e integração social e cultural com as outras populações (Freyre, 1933). Ao se utilizar desses conceitos, o autor tenta trazer uma narrativa apaziguadora, com o objetivo de camuflar toda uma história de violências e abusos que ocorreram no percurso da colonização portuguesa no Brasil. Segundo Gonzalez (2020), não foi dessa forma que as coisas aconteceram. A autora traz a miscigenação, não por um viés romântico de relações inter-raciais, mas sim pelo resultado das constantes violações sofridas pelas mulheres negras e indígenas nas mãos dos homens brancos, demonstrando as diferenças de poderes nas interações coloniais.

Para Nascimento (1978), a existência de um Brasil escravocrata se constrói a partir da herança de uma estrutura racial e patriarcal portuguesa, onde a mulher negra e indígena são

colocadas na base dessa hierarquia. O desequilíbrio demográfico presente nos primórdios das colônias, de uma proporção assimétrica entre homens e mulheres, coloca essas mulheres escravizadas em uma posição de vítimas fáceis e vulneráveis a todo tipo de agressão do senhor branco, muitas vezes utilizadas para prazeres pessoais ou sendo prostituídas por eles. Nesse contexto, a possibilidade para essas mulheres estabelecerem qualquer tipo de estrutura familiar estável era nula, sendo muitos de seus filhos gerados a partir de uma violência e não de uma relação romantizada pela teoria da “democracia racial”. Esses filhos eram nomeados “mulatos”, “mestiços”, gerando uma outra divisão racial. Corroborando com essa visão, Sueli Carneiro (2011) apresenta a construção da identidade brasileira miscigenada a partir de violações perpetrada pelos senhores brancos, desde o período colonial, contra as mulheres negras e indígenas. Porém nesse processo, foi negado à mulher não branca um papel na construção cultural do país, tendo a violências que sofriam, transformadas em romances e suas desigualdades de gênero e raça convertidas em erotização.

A construção da cultura nacional, para Munanga (1999), se opõe a ideia de uma mistura harmônica entre os três povos (branco, negro e indígena). Ao entender esse processo como um modelo sincrético não democrático, o autor traz essa formação a partir da assimilação exercida por uma pressão política e psicológica, no qual toda interação cultural era pensada dentro de uma visão eurocêntrica e hegemônica. Apesar da resistência estabelecida pelos povos indígenas e negros, e implementações de alguns símbolos dentro da identidade nacional, o que prevalece é a imposição das elites políticas e sociais na manutenção da ideologia do branqueamento. Esse ideal, internalizado pelos negros e mulatos, faz com que eles estejam buscando, constantemente, se clarear, não só fisicamente, mas culturalmente também, para escaparem dos efeitos da discriminação racial. Outro problema apresentado por Núñez (2022), está na utilização da “mestiçagem”, pelo Estado, para poder retirar os direitos dos indígenas aos seus territórios, questionando a identidade desses povos, com o intuito de destituir seus direitos às terras ancestrais. Com a política de heterodeclaração, o Estado detinha o poder de declarar que povos eram indígenas ou não, tutelando o direito de decidir sobre esses corpos e seu pertencimento ao território. Essa lei somente foi revogada em 2004, permitindo aos povos o direito à autodeclaração (Núñez, 2022)

1.1.3. A Hipersexualização da Mulher Negra e Indígena no Brasil e a Criação do Termo “Mulata (de) Exportação”⁸

A hipersexualização da mulher indígena e negra no Brasil é um tema presente em todo o processo de colonização, isso porque desde a chegada dos portugueses no país, há relatos desse olhar objetificante sobre os corpos das mulheres nativas. Na primeira carta enviada à Portugal, Pero Vaz de Caminha relata, com ênfase, as mulheres indígenas com suas “vergonhas” à mostra, sendo caracterizadas como exóticas, de uma sexualidade aflorada, e trazendo um fetichismo sobre seus corpos em comparação aos das mulheres europeias. Essas mulheres, então, passam a ser objetificadas e animalizadas desde o primeiro encontro com os homens brancos (Martins & Miranda, 2020). Em contrapartida, os indígenas ao se depararem com os portugueses tiveram uma reação, em grande parte, amistosa e de integração. Dentro deste contexto, as mulheres indígenas, por apresentarem uma cultura diferente, tinha uma outra relação com seu corpo e sua sexualidade, sendo consideradas, pelos europeus, como mulheres “fáceis para sexo”.

Com a intensificação do processo de colonização, essas relações passaram a ser de exploração, por parte dos europeus, evidenciando um aumento da violência, não somente sexual, mas também cultural, contra os povos originários. Estes passaram a ser catequizados pelos jesuítas e foram obrigados a mudar sua forma de viver e de se relacionar. As alterações foram desde a utilização de roupas, condizentes com os conceitos europeus de vestimenta, até a alteração de comportamentos tidos como “inapropriados”. Muitos foram escravizados, sendo as mulheres colocadas a serviço dos colonizadores, tanto para o cuidado da casa como para objeto sexual desses (Caetano, 2024). Lima-Payayá & Vedovatto (2025) em seu artigo abordam a criação e difusão desse imaginário da mulher indígena e suas consequências:

Aos costumes repressores da moral judaico-cristã sobre o corpo, os portugueses sexualizaram de imediato a nudez dos corpos indígenas, dando-lhes um significado que partia do seu modo de ver o mundo. As narrativas coloniais endossam o imaginário da mulher sempre disponível ao sexo do europeu e ocultam a sua resistência, os seus valores e conhecimentos ancestrais, bem como as duras formas de violência a que foram submetidas. Esse imaginário que se funda nos primeiros séculos da invasão europeia, vai

⁸ "mulata exportação" surgiu como uma expressão crítica e irônica para descrever um estereótipo de hipersexualização da mulher brasileira — especialmente a mulher negra ou mestiça — que passou a circular no imaginário internacional, sobretudo na Europa, a partir do século XX. Sendo uma forma de denuncia essa lógica de mercantilização do corpo da mulher brasileira racializada para o consumo estrangeiro, principalmente por homens europeus em contextos de migração, turismo ou prostituição (Melo, Almeida & Flores, 2022)

sendo consolidado ao longo do tempo, tendo o estupro e demais violências contra as indígenas como seu alicerce.” (Lima-Payayá & Vedovatto, 2025; p.35)

Semelhante a construção desse imaginário sexualizante das mulheres indígenas, as mulheres africanas também passaram pelo processo de racialização e objetificação de seus corpos pelos homens europeus, porém em um contexto diferente. Essas mulheres eram retiradas de seus territórios e levadas como escravas para as colônias americanas, colocando-as em situação de maior manipulação, já que as mulheres indígenas conheciam o território onde estavam. As mulheres negras escravizadas eram alocadas para trabalhar tanto nas plantações, quanto nas casas dos senhores brancos. As que serviam dentro das casas eram chamadas de “mucamas”, estando destinadas à manutenção dos afazeres domésticos em geral e servindo de objeto sexual para esses homens e/ou de seus parentes, muitas vezes na introdução dos jovens à vida sexual (Gonzalez, 2020). Assim como as indígenas, Fernandes (2016) apresenta o olhar animalesco do homem europeu sobre a mulher negra, como se esta apresentasse um “erotismo primitivo”, destituindo-a de humanidade ao transformá-la em objeto sexual desprovido de mente e inteligência.

Ao mesmo tempo que ocorria essa hipersexualização das mulheres não-brancas, estas também eram classificadas como masculinizadas⁹, já que elas também serviam como mão-de-obra nas produções agrícolas e em atividades de força. Ao desempenhar os mesmos papéis que os homens negros na força de trabalho, elas eram vistas, dentro da estrutura patriarcal, destituídas de características de feminilidade. Assim, por apresentar essas duas características controversas, essas mulheres sofriam duas opressões, a do racismo e do patriarcado (Fernandes, 2016). Além desta condição de propriedade e força de trabalho, Costa & Mendes (2022), traz outra função de mercadoria a essas mulheres, não somente na forma de tráfico para trabalho nas casas e lavouras, mas também na prostituição. Como na colônia havia uma quantidade maior de homens do que mulheres, o aluguel destas para exploração sexual era uma forma bastante rentável de comércio.

Essas escravas escolhidas para estar na casa grande e na prostituição eram selecionadas a partir de uma “beleza” julgada pelos senhores brancos. As principais características, para isso, eram ter a pele mais clara e traços faciais mais próximos aos dos europeus, porém mantendo a

⁹ No contexto das relações sociais marcadas pelo patriarcado e pelo racismo, a mulher negra é frequentemente masculinizada simbolicamente ao desempenhar atividades e apresentar atitudes que rompem com o ideal hegemônico de feminilidade, como postura ativa, autonomia, atividade laboral, força física e enfrentamento. Essa masculinização não decorre de uma transgressão individual, mas de uma construção racializada de gênero que reserva à mulher branca a feminilidade normativa, enquanto atribui às mulheres negras traços associados à virilidade, à dureza e à agressividade. (Collins, 2019)

estrutura corporal “exótica”, com curvas e ritmo sensual (Ribeiro & Ribeiro, 2025). Nessa realidade, muitas dessas mulheres acabavam por engravidarem desses homens, ocorrendo os processos de miscigenação, abordado no tópico anterior. As mulatas¹⁰, mulheres fruto desses estupros, apresentavam características fenotípicas mais próximas da branquitude, sendo mais propensas a manter essa condição de objeto sexual (Nascimento, 1978).

A naturalização desses estupros, na época colonial, se manteve no período pós-abolicionista. Com a implementação de políticas de branqueamento, como o estímulo à miscigenação vinculada a incentivos para vinda de imigrantes europeus ao Brasil, somando com a diferença de poderes entre essas populações, brancas e negras, fizeram com que as mulheres negras fossem mais suscetíveis à violência sexual¹¹ e doméstica. (Martins & Miranda, 2020). Segundo Gonzalez (2020), os “casamentos inter-raciais” no Brasil, ocorreram a partir da violação de mulheres negras por parte da minoria de homens brancos, não ocorrendo um tipo de construção de relação familiar. A mulher e o homem negro tinham as possibilidades de qualquer formação familiar retirados, com o objetivo de ter uma maior exploração de seus corpos. Quando Munanga (1999) diz “Se os brancos não hesitam em manter relações sexuais com as mulheres negras, índias e mestiças, isso não significa em absoluto que aceitaram os princípios de igualdade racial.” (Munanga, 1999; p. 29), mostra que a estrutura colonial criou e mantém a objetificação e sexualização destas mulheres até a atualidade. A partir disso, o autor coloca o processo de mestiçagem em um lugar de dupla opressão, racial e sexual, para essas mulheres, sendo a “mulata” o produto da exploração sexual da mulher escravizada.

Partindo desta construção histórica, do mito da democracia racial e da separação sexual e racial de poderes, surge o ditado popular, difundido por todo o Brasil, “branca para casar, negra para trabalhar, mulata para fornicar”. Esse ditado divide as mulheres brasileiras em posições diferentes dentro da sociedade, criando uma identidade e estereótipos diferentes para cada grupo, definindo sua forma de existir dentro dos limites determinados para cada e mantendo a ordem social imposta. Segundo Nascimento (1978):

¹⁰ A palavra "mulata" deriva do termo espanhol “mula”, que significa mulo — o animal híbrido resultante do cruzamento entre um cavalo e uma jumenta (ou vice-versa). O termo traz uma carga pejorativa e desumanizante, associando a mulher mestiça ou negra a um animal híbrido, “meio branco, meio negro” — um símbolo da ideologia colonial que buscava categorizar e inferiorizar os corpos racializados (Duarte, 2005)

¹¹ A violência sexual é definida pela OMS como “todo ato sexual, tentativa de consumir um ato sexual ou insinuações sexuais indesejadas, ou ações para comercializar ou usar de qualquer outro modo a sexualidade de uma pessoa por meio da coerção por outra pessoa, independentemente da relação desta com a vítima, em qualquer âmbito, incluindo o lar e o local de trabalho” (Organização Mundial da Saúde, 2018)

O mito da “democracia racial” enfatiza a popularidade da mulata como “prova” da abertura e saúde das relações raciais no Brasil. No entanto, sua posição na sociedade mostra que o fato social se exprime corretamente segundo o ditado popular. (...) Já que a existência da mulata significa o “produto” do prévio estupro da mulher africana, a implicação está em que após a brutal violação, a mulata tornou-se só objeto de fornicação, enquanto a mulher negra continuou relegada à sua função original, ou seja, o trabalho compulsório. (p.62)

Na construção de seu pensamento sobre o processo de exclusão social da mulher negra no Brasil, Gonzalez (2020), as coloca em duas possibilidades de papéis a serem exercidos: “domésticas” e “mulatas”. No primeiro papel, a mulher negra é colocada e vista em seu “lugar natural”, no qual exerce atividades de cuidado e força para a manutenção da base estrutural para que a população branca se desenvolva. Já no segundo papel, a “mulata” ocupa um lugar de lazer, entretenimento e diversão, não somente para a população branca nacional, mas também no papel de “mulata exportação” para satisfação dos brancos estrangeiros. Esse tipo de exploração sexual se articula com a folclorização e comercialização da cultura negra brasileira, isso porque, a indústria do turismo percebeu que a junção da “mulata” com o “samba” era muito lucrativa. Para a autora, a “mulata” é transformada em uma qualificação profissional, sendo que:

A profissão “mulata” é uma das mais recentes criações do sistema hegemônico no sentido de um tipo especial de “mercado de trabalho (...) Sem se perceberem, elas são manipuladas, não só como objetos sexuais, mas como provas concretas da “democracia racial” brasileira; afinal, são tão bonitas e tão admiradas! Não se apercebem de que constituem uma nova interpretação do velho ditado racista “Preta pra cozinhar, mulata pra furnicar e branca pra casar”. (Gonzalez, 2020; p. 59 e 60)

A construção do estereótipo da “mulata” vinculado a uma identidade e uma profissão fizeram com que esse grupo de mulheres fossem utilizadas como propaganda para um turismo sexual. Seus corpos eram colocados em todas as propagandas e imagens relacionadas ao Brasil, mostrando uma sensualidade, normalmente alinhada ao samba, e de uma receptividade, dando a ideia de que estas estariam disponíveis para agradar os europeus de todas as formas (Teles & Adi, 2008). Um exemplo trazido por Ribeiro & Ribeiro, (2025), foi o da Globeleza, onde a maior rede televisiva do país fazia anualmente a exibição de uma “mulata” dançando nua com seu corpo pintado, sendo objeto de propaganda para o carnaval brasileiro, tanto em âmbito nacional quanto internacional. A mulher normalmente selecionada para esse papel apresentava as características presentes no processo de miscigenação, com a pele mais clara e traços

considerados mais finos (europeus), mas com a manutenção de um corpo com curvas e ritmos sensuais (africano) (Ribeiro & Ribeiro, 2025).

Apesar da divulgação e utilização maior da “mulata exportação”, como atrativa para o turismo, as mulheres indígenas também foram utilizadas para fomentar essas propagandas e o turismo sexual brasileiro. A exposição de seus corpos em filmes e propagandas sempre foram utilizados para atrair um olhar “exótico” e “selvagem”, sempre vinculados a uma hipersexualização e fetichização. Assim como as “mulatas”, as mulheres indígenas são vistas tanto dentro do Brasil quanto no exterior como corpos colonizados e objetificados a serem utilizados, principalmente, para o sexo (Caetano, 2024).

1.1.4. A Mulher Branca dentro da Construção Racial e Patriarcal no Brasil

Ao trazer o termo “Pacto da Branquitude”, Bento (2022) aborda a transmissão das estruturas sociais no Brasil desde sua origem. O homem branco se coloca no topo da hierarquia das relações de dominação e cria mecanismos para a perpetuação desse privilégio até a atualidade. Dentro dessa configuração, existe um acordo não verbalizado de autopreservação, que, até permite a competição e alternância de poderes, porém somente dentro do próprio grupo, mantendo os privilégios dentro da branquitude. Esse pacto de cumplicidade permite que os homens brancos se estruturarem como seres “universais”, como se eles fossem “os normais” e o outro (não branco) fossem “os diferentes” (Bento, 2022). Nesse sentido, Schucman (2012) utiliza o termo “invisibilidade branca” para discutir a falta de percepção racial do indivíduo branco e como ela permite o não questionamento de suas vantagens dentro desse processo de hierarquização racial. Porém essas vantagens sociais, econômicas e de poder, por ser branco, não está destinado a todos, pois dentro do grupo da branquitude existem outras divisões que fazem com que exista diferenças hierárquicas como o gênero, sexualidade, classe, nacionalidade, entre outros (Schucman, 2012).

A mulher branca, ao pertencer ao gênero feminino, se estrutura dentro das hierarquias de poder como um objeto de dominação do homem branco, porém, dentro dessa construção, ela se apresenta acima das pessoas não-brancas. Isso faz com que, ao exigir maiores poderes dentro da branquitude, em sua maioria das vezes, esta mulher se utiliza de seus privilégios, já existentes, para manter a mulher não-branca em seu lugar de subalternidade (Vergès, 2021). Essa visão é contextualizada por Gonzalez (2020), quando a autora apresenta a função da empregada doméstica que está em uma situação de subordinação às famílias brancas, para possibilitar a independência econômica, social e cultural da mulher branca, mantendo as mulheres racializadas no sistema de dupla jornada. Com isso, a mulher branca busca sua

emancipação não através da diminuição do poder do homem branco, mas sim, a partir da exploração da mulher não-branca, reproduzindo e mantendo o “imperialismo cultural.” (Gonzalez, 2020).

A divisão de poderes relacionados à divisão racial, no Brasil, se apresenta de forma muito explícita. Mesmo pertencendo ao mesmo grupo de gênero, a realidade racial faz com que essas mulheres tenham realidades e experiências completamente distintas. Segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024), 51,7% da população residente em “favelas e comunidades urbanas” do Brasil são mulheres, divididas em 56,8% pardas, 16,1% pretas e 26,6% brancas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024). Juntamente a esses dados, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), apresenta a existência de uma forte correlação entre tráfico de drogas, favelas (aglomerados subnormais) e homicídios (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022).

A posição de poder dentro das estruturas sociais privilegia as mulheres brancas, até mesmo quando são relacionadas à situações negativas, como nos dados de violência de gênero¹² presente no Brasil. Segundo o Relatório anual socioeconômico da mulher de 2025, foram registradas 302.856 notificações de violência doméstica, sexual e outras formas de violência contra mulheres, dentro deste número 1% é de mulheres indígenas¹³, 12,3% de mulheres pretas e 48,1% de mulheres pardas, somando 61,4% do total registrado. Mesmo sabendo do alto índice de subnotificação, devido ao estigma, medo de retaliação e à vergonha, esses números refletem a intersecção de vulnerabilidades de mulheres não-brancas, resultantes de desigualdades raciais e socioeconômicas, representando 56% da população feminina brasileira. Esses dados exemplificam que mesmo sendo quase metade da população feminina, as mulheres brancas têm uma porcentagem menor de notificações ao se comparar com as mulheres racializadas (Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, 2025). Quando se fala de violência sexual infantil esse número é mais discrepante, segundo levantamento do Núcleo de Estudos Raciais do Insuper¹⁴(2024) com base em dados do Ministério da Saúde, cerca de 40% das vítimas de estupro no Brasil são crianças e adolescentes negras. Essa porcentagem

¹² A violência de gênero se caracteriza por qualquer ato de violência baseado em gênero que cause dano físico, sexual ou psicológico, incluindo ameaças, coerção ou privação arbitrária de liberdade, que aconteça na esfera pública ou privada.

¹³ Esta porcentagem pode variar, pois não se tem muito registro, já que mulheres indígenas em contextos citadinos devem entrar em outras porcentagens étnicas, não sendo reconhecidas como indígenas e muitas das mulheres indígenas também vivem em florestas onde é impossível fazer o registro de violências, vindas até mesmo de brancos que chegam nas aldeias. (Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, 2025)

¹⁴ O Insuper é uma instituição sem fins lucrativos, dedicada ao ensino e à pesquisa.

representa o dobro da incidência em comparação com as meninas brancas (20%), mesmo elas significando apenas 13% da população feminina do país. O estudo aponta que 60% das vítimas têm menos de 18 anos, evidenciando o processo de objetificação do corpo negro desde seu nascimento e em sua maioria realizado por pessoas próximas às vítimas (Insper – Núcleo de Estudos Raciais, 2024).

1.2. A Mulher Brasileira no Contexto de Imigração em Portugal

Como trabalhado no capítulo anterior, a colonização europeia nas américas foi estruturada, não somente na apropriação de territórios, mas na racialização e escravização de corpos. O corpo colonial, apresentado por Fanon (2020), foi constituído e utilizado para a estruturação de uma hierarquia de separação entre os europeus e as populações suas colônias, com a exploração euro-americana, essa configuração se mantém até os dias de hoje (Rossi & Silva, 2015). A racialização da mulher colonizada é intrinsecamente ligada à sexualização e inferiorização de seus corpos, que antes eram representados pelas mulheres negras e indígenas, e que na atualidade se instaurou para todas pertencentes às antigas colônias (França, 2022). As mulheres brasileiras são classificadas como “mulatas”, “mestiças”, independente de suas características fenotípicas ou cor de pele, nesse momento todas são “brasileiras”, carregando consigo todos os estereótipos gerados e difundidos por todos os anos de colonização (França & Oliveira, 2022).

Na tentativa de recriar uma outra narrativa para sua história, Portugal se utiliza do lusotropicalismo, de Freyre (1933), com o intuito de desenvolver um discurso de um colonialismo benevolente, se colocando como uma ponte entre as antigas colônias e a Europa, criando uma realidade fantasiosa de uma convivência harmônica entre os povos. Nessa construção, Portugal se auto caracteriza como um país amigável, multicultural e multirracial, tendo a população portuguesa uma característica apaziguadora e integradora. A criação desta ideia foi utilizada como uma forma de despolitizar as consequências coloniais, como o racismo, transformando em uma ação individual e não um problema social. Assim, a sociedade portuguesa não é racista, somente a pessoa que realizou a ação. Nessa mesma linha narrativa, os portugueses esperam que mesmo a mulher brasileira sofrendo com racismo, sexismo e o estereótipo de hipersexualização, ela se manterá alegre e simpática, para que eles não se sintam incomodados por ainda manterem estruturas coloniais (Araújo, 2013).

A mulher brasileira, ao migrar para a Europa, passa a sofrer estigmas relacionados a uma interação de fatores que configuram um estereótipo construído por séculos. Dentro do conceito de interseccionalidade, Collins e Bilge (2021) propõe que as divisões de gênero, raça, classe, e qualquer outra distinção social que separa as pessoas em grupos de diferentes poderes, não atuam de forma separadas, mas se entrelaçam formando um sistema de dominação interligados, nomeado de “matriz de dominação”, que produzem hierarquias sociais (Collins & Bilge, 2021). No contexto da mulher brasileira imigrante, sua matriz é composta por gênero, raça e nacionalidade, podendo outros fatores como classe, religião e sexualidade atenuar as opressões sofridas. Em Portugal, o processo de racialização desse grupo expressa a manutenção da colonialidade, que na reprodução do seu racismo e sexismo, hipersexualiza essas brasileiras, que como consequência enfrentam ofensas, discriminações e preconceitos, além de assédio e violência física (Gomes, 2013).

1.2.1. A Construção do Estereótipo da Mulher Brasileira em Portugal

A construção do estereótipo da “Mulher Brasileira”, segundo Rossi e Silva (2015), está vinculada à criação de uma identidade baseada na linguagem e nas estruturas culturais e sociais. Sendo assim, elas se apresentam instáveis por serem construídas a partir de relações de poder, por um lado impostas e por outro disputadas pelos diferentes grupos. Os detentores do poder são os grupos responsáveis por definir as identidades e as diferenças que as compõem. Nesse contexto de imigração brasileira em Portugal, os homens portugueses atuam como agentes formadores de identidades, construindo as suas próprias e assumindo uma posição de “universalidade”, ao mesmo tempo em que produzem e impõem representações sobre o outro, neste caso, a mulher brasileira, racializada e classificada como exótica e hipersexualizada (Rossi, & Silva, 2015). Essa perspectiva revela uma visão em que as mulheres brasileiras são percebidas como sexualmente disponíveis e destinadas a satisfazer os desejos dos homens. Para sustentar essa construção, elas são racializadas, mesmo quando possuem pele branca e ascendência europeia, a fim de serem diferenciadas dentro do processo de categorização identitária. Ao terem suas personalidades fixadas em estereótipos de erotização e subalternidade, marcados por uma sensualidade e simpatia que as definem, essas mulheres passam a ser identificadas como “as brasileiras” ou “as latinas”. (Padilha, Gomes & Fernandes, 2010). Com isso, as mulheres brasileiras sempre estão negociando essas representações de sua identidade, por estarem difundidas e impregnadas na realidade portuguesa, interferindo em sua experiência migratória (Assis & Siqueira, 2021).

Assim, o estereótipo da mulher brasileira é resultado de uma produção simbólica e social, influenciada por discursos e práticas performativas, profundamente atravessada por dinâmicas históricas de poder e por formas de subjetivação que estão em constante mudança (Gomes, 2019). Os portugueses, com suas narrativas e imagens coloniais, expunham frequentemente a nudez dos corpos das mulheres de suas colônias, sustentando uma visão erótica, exótica e primitiva sobre elas. Souza (2009) destaca que essa imagem, da mulher brasileira, é retratada em 1557 nas obras de Theodore de Bry¹⁵, a partir dos relatos orais e escritos por pessoas que contataram com o país. O ilustrador, mesmo este nunca tendo visitado o Brasil, produziu ilustrações misturando o seu conhecimento cultural, europeu, com os relatos dos viajantes, gerando uma imagem estereotipada e fictícia do povo brasileiro e de seus costumes. Essa produção demonstra como os europeus deturparam as imagens e como desenvolviam os estereótipos sobre os outros povos, a partir de um olhar desinteressado pelo outro. Essa construção dos estereótipos começa no período colonial e perpassa pelos séculos, se reafirmando de várias formas durante esse período. Nas décadas de 1960 a 1980, a produção da imagem do Brasil como um país turístico estava vinculada à sexualização e exotização de suas mulheres, presentes nas propagandas da Embratur¹⁶. A praia era o local mais utilizado para divulgar esse turismo, vinculado à seminudez de mulheres de bikini e bronzeadas que estariam sempre felizes e disponíveis para satisfazer os desejos dos turistas europeus (Chacham & Maia, 2004).

Estas imagens permitem a erotização e sexualização da mulher brasileira publicizada, como uma forma de difundir esse conceito através de diferentes meios de comunicação, como televisão e internet, operando dentro dos discursos inseridos em novelas, letras de músicas, notícias e propaganda (Martins & Miranda, 2020). Em Portugal a mídia sempre apresentou discursos, notícias e programas que propagavam o estereótipo construído a partir da hipersexualização da mulher brasileira. A criação de um imaginário baseado na construção de uma ideia de “sexualidade natural”, estando sempre disponível para o sexo, e submissão, marcam seus corpos de forma inferiorizada às mulheres e homens locais (Assis e Siqueira, 2021).

Uma das polêmicas geradas a partir da reprodução de estereótipos da mulher brasileira na mídia portuguesa, foi referente a um entretenimento televisivo chamado “Café Central”, da

¹⁵ Theodore de Bry (1528–1598) foi um gravador, editor e publicador nascido em Liège (atualmente na Bélgica), de origem alemã-flamenga, conhecido principalmente por suas ilustrações e publicações sobre as Américas no século XVI, mesmo sem nunca ter estado nelas (Encyclopaedia Britannica)

¹⁶ Principal entidade responsável pela promoção turística

Rádio e Televisão de Portugal (RTP). O programa era uma animação gráfica que tinha a intenção de satirizar questões do cotidiano português, sendo composto por cinco personagens que se interagiam em um Café. A única personagem feminina era a brasileira “Gina”, representada por uma prostituta que reproduzia todos os estereótipos da mulher brasileira imigrante, com comportamento e discurso hipersexualizante, além das roupas sensuais e da voz sexy. A construção da personagem era de uma mulher branca e loira, exemplificando o discurso colonial de racialização, no qual a distinção racial atribuída a características fenotípicas passa a estar ligada à nacionalidade (Rossi & Silva, 2015).

O exemplo apresentado faz parte de inúmeros processos midiáticos que reforçam os estigmas presentes na sociedade portuguesa. As mídias são aparelhos ideológicos eficientes na difusão de crenças, tornando essa ideologia em senso comum partilhado pela sociedade. As ideologias são sistemas de crenças sobre a identidade, gerando critérios de inclusão e de exclusão nos grupos sociais. Com relação à mulher brasileira, o racismo, sexismo e xenofobia são extremamente persuasivos quando são reproduzidos insistentemente na vida quotidiana (Correia, 2007). Com o desenvolvimento das tecnologias, podemos perceber um maior acesso a diversos conteúdos e poder de disseminação de informações para todo o mundo. As redes sociais passam a ser mais um sistema ao qual o estereótipo da mulher brasileira pode se vincular de forma potencializadora, aumentando a sua capacidade de assimilação, propagação, reprodução e perpetuação através dos tempos (Souza, 2009).

1.2.2. Contextos vivenciais das mulheres brasileiras imigrantes

As vivências das mulheres brasileiras em Portugal são marcadas pela influência de vários fatores, tanto no momento de sua chegada quanto durante o período de permanência no país. Alguns podem deixar mais vulneráveis, como irregularidade, baixa escolaridade e condição financeira, que vinculadas à imagens estigmatizadas e inferiorizadas, podem acarretar em prejuízos sociais, como exclusão social, desemprego e situações de violência (Pinto & Marques, 2023).

Na busca por resistência à ordem discursiva desse imaginário construído pela colonialidade, racismo e sexismo, Gomes (2013) estuda as formas como essas mulheres se comportam na tentativa de enfrentar a realidade da imigração em Portugal, dividindo em três tipos de resistência: passiva, afirmativa e combativa. Na primeira, a autora considera a estratégia de “aportuguesação” como uma forma passiva de resistência, na tentativa de se “camuflar”, modificando o sotaque, comportamentos e características físicas. Essas mulheres tentam se afastar de suas raízes culturais, uma estratégia que muitas se utilizam para ficarem

“invisíveis” ao preconceito e discriminação. A segunda forma, a afirmativa, se constitui no oposto da anterior, já que o objetivo nessa resistência é a exaltação da sua “brasilidade”. Essas mulheres buscam, a partir do estereótipo existente, se favorecer dessas características na obtenção de crescimento social e maiores possibilidades, aceitando os estigmas e se utilizando deles para tentar se beneficiar. Já na forma combativa, a resistência opera na tentativa de desconstruir o discurso hegemônico na busca de outras possibilidades de identidades. Ela se pauta em ações que podem ser cotidianas ou através de ativismo organizado (Gomes, 2013). A mesma mulher imigrante pode se utilizar das três formas de resistência durante o período de imigração, alternando conforme suas experiências e os tipos de interações sociais que vai construindo ao longo do tempo.

O estudo de Assis e Siqueira (2021), observou as experiências relatadas por mulheres brasileiras imigrantes em suas interações cotidianas, trabalho e relacionamentos, na tentativa de se adaptarem à nova realidade. Neste estudo as autoras puderam constatar duas formas principais de atuação, na primeira foi utilizada a estratégia de modificação na forma de se vestir e falar, tentando escapar dos estigmas de ser mulher brasileira. Em seus relatos essas mulheres se constituem como boas esposas, mães e trabalhadoras em relacionamentos com homens europeus, na tentativa de ressignificar os estigmas de “promiscuidade” que as perseguem no imaginário português. Na segunda, foi a tentativa de utilizar os estereótipos de simpatia e cuidado com o corpo, pautados na sua hipersexualização, para alavancar seus empreendimentos estéticos. Essas ressignificações de estigmas, como facilitadores de integração social e de inclusão no mercado de trabalho, é uma ferramenta para o enfrentamento do preconceito (Assis & Siqueira, 2021). A experiência migratória de mulheres brasileiras em Portugal é atravessada por diversas formas de hostilidade simbólica e material, marcadas por estereótipos relacionados à nacionalidade, em especial à sexualização e ao estigma da prostituição.

Na busca de entender os processos de criação de significados que as imigrantes brasileiras dão às suas experiências no território português, Costa (2009) aborda vários pontos do processo migratório, incluindo o estereótipo da prostituição e imagem sexualizada. Esse tópico foi encarado pelas entrevistadas como o mais problemático e desgastante de se enfrentar no processo migratório. A autora conclui, a partir desse recorte, que as próprias imigrantes acabam justificando a discriminação que sofrem com base em comportamentos negativos atribuídos ao grupo, o que dificulta a construção de solidariedade e a articulação de movimentos coletivos entre elas. Embora algumas mulheres alcancem mobilidade social, por meio de estratégias individuais, tal avanço não tem contribuído para a transformação do estatuto simbólico e social do coletivo das brasileiras em Portugal. Mesmo diante da percepção de

injustiças, muitas acabam por naturalizar essas relações, sem questionar as desigualdades estruturais mais amplas (Costa, 2009).

Com relação às instituições oficiais de segurança, Duarte e Oliveira (2012), mostram que as mulheres imigrantes estão sujeitas à muitos tipos de violência por estarem em situação de imigração ou simplesmente por serem mulheres. Porém, a partir dos discursos realizados na pesquisa, as autoras observam que há especificidades que agravam a situação de vulnerabilidade dessas mulheres, como a situação de ilegalidade, pertencimento à grupos culturais minoritários e não terem domínio sobre a língua oficial do país. Nesses casos, aumenta a possibilidade de uma dupla vitimização, a realizada pelo agressor e a cometida pelos órgãos públicos que deveriam a proteger. Essas mulheres passam a ter uma dificuldade de acesso aos sistemas de justiça, saúde, segurança social e todas as possibilidades de se estruturarem para estar menos vulneráveis à violência. Nesse ponto, essas mulheres imigradas passam a ocupar um espaço de não-território, sem direitos jurídicos e políticos e ocupando um papel social sub-humano.

Com esses estudos foi evidenciado que o estereótipo hipersexualizante da mulher brasileira afeta de forma contundente a realidade experienciada no contexto migratório, gerando modificações de comportamentos em atitudes mais passivas ou ativas na desconstrução dos estigmas enraizados. Porém, independente do movimento que realizam, é unânime que estas são afetadas pelos preconceitos e discriminações que sofrem.

CAPÍTULO 2

Metodologia

2.1. Objetivo

Essa pesquisa se desenvolveu com o objetivo de perceber as diferenças de experiências de sexualização vividas por mulheres brancas, pardas e pretas no contexto brasileiro e de imigração em Portugal. Observando o contexto social em que elas estavam inseridas, tanto no Brasil, quanto quando chegaram em Portugal, e quais os mecanismos de proteção elas desenvolveram dentro dessas experiências.

Todos esses pontos são importantes para podermos traçar as experiências desses corpos e entender como os estereótipos de hipersexualização da mulher negra, no Brasil, e da mulher brasileira, em Portugal, são vivenciados por mulheres racialmente diferentes nesses contextos. Sendo complementado às narrativas dos outros estudos presentes na revisão bibliográfica.

2.2. Natureza da Pesquisa

Esta pesquisa é baseada em uma análise qualitativa, interpretativa e comparativa, a partir de entrevistas semiestruturadas com mulheres brasileiras migrantes em Portugal. Compreendendo como as experiências interseccionais de gênero, raça e segurança, tanto no Brasil quanto em Portugal, são vividas e percebidas por elas. Deixando em evidência um olhar dentro do recorte racial existente no país de origem, entre mulheres brancas e negras (pardas e pretas).

A abordagem qualitativa permite explorar as experiências subjetivas e a percepção, considerando a experiência corporal como mediadora da relação entre sujeito e mundo, o que é essencial para analisar a forma como vivenciam a violência, sexualização e estereótipos nos contextos originais e migratórios.

2.3. Fundamentação Teórica e Metodológica

A pesquisa se desenvolveu a partir da observação dos relatos orientada teoricamente pela análise temática de Braun e Clarke (2006), compreendida como uma abordagem qualitativa

voltada à identificação e interpretação de padrões de sentido que atravessam um conjunto de dados discursivos. Adota-se, neste estudo, uma perspectiva dedutivo-indutiva, na medida em que a construção dos temas analíticos se dá tanto por categorias oriundas do referencial teórico quanto da emergência de sentidos produzidos nos relatos das participantes. Do ponto de vista dedutivo, a análise é informada pelas contribuições teóricas que discutem a hipersexualização do corpo da mulher negra, no Brasil, e a racialização e sexualização da mulher brasileira em Portugal, tendo a permanência de imaginários coloniais como orientadores do olhar analítico e a organização inicial dos dados. Simultaneamente, a dimensão indutiva permite que a investigação permaneça aberta à incorporação de temas e articulações não previamente estabelecidos, possibilitando que os dados tensionem, ampliem ou complexifiquem o arcabouço teórico mobilizado.

A análise temática desenvolve-se ainda em um nível latente, uma vez que não se restringe ao conteúdo dos discursos, mas busca apreender os significados subjacentes, as estruturas simbólicas e as relações de poder que informam as experiências narradas. Nesse sentido, os temas construídos não são entendidos como categorias meramente descritivas, mas como unidades analíticas interpretativas, produzidas a partir do entrelaçamento entre discurso, contexto social e referencial teórico. O embasamento teórico para perceber e construir essa pesquisa, é desenvolvido a partir de um estudo que incorpora a perspectiva interseccional (Collins, & Bilge, 2021) e decolonial (Gonzalez, 2020; Bento, 2002; Gomes, 2013), considerando gênero, raça e nacionalidade como categorias simultâneas a se observar. Essas categorias servem como centros analíticos para comparar discursos e experiências vividas, evidenciando efeitos diferenciados da colonialidade, do racismo e da sexualização.

2.4. Estrutura das Entrevistas e as Participantes

A pesquisa foi desenvolvida a partir de entrevistas semiestruturadas com mulheres brasileiras migrantes em Portugal, selecionadas por amostragem intencional para garantir diversidade racial, idade e tempo de residência. A tentativa de entrevistar mulheres de uma determinada região do Brasil foi frustrada pela falta de voluntárias para o projeto. Inicialmente, quando o formulário de seleção (Anexo A) foi enviado para os grupos, tiveram muitas inscrições, porém quando contactadas essas voluntárias muitas vezes não contestaram e outras não se mostraram disponíveis para estar presente nas entrevistas. Sendo assim, a pesquisa não terá um recorte regional do Brasil.

A realização das entrevistas foi em um ambiente seguro, para que estas mulheres pudessem se sentirem confortáveis em relatar suas experiências. Dentro do Roteiro (Anexo B) semiestruturado foi abordado alguns temas importantes como:

- experiências de violência de gênero no Brasil e em Portugal;
- experiências de racialização e sexualização;
- impacto do estereótipo da “mulher brasileira”;
- mecanismos de autoproteção e estratégias de resistência.
- percepção de segurança e confiança em instituições portuguesas;

As entrevistas foram gravadas, transcritas e codificadas com pseudônimos, garantindo confidencialidade e anonimato, conforme normas éticas de pesquisa com seres humanos da Comissão Especializada de Ética de Psicologia da Escola de Ciências Sociais e Humanas. As entrevistadas assinaram o Consentimento Informado, livre e esclarecido (anexo C) e receberam o Debriefing – Explicação da Investigação, com a disponibilização de informações de instituição com acolhimento psicoterapêutico (anexo D), caso fosse necessário pelo teor sensível dos relatos (violência de gênero, discriminação racial e xenofobia).

Durante a realização da pesquisa foram entrevistadas 9 mulheres (auto identificadas como: 3 brancas, 3 pardas e 3 pretas¹⁷, de diferentes regiões do Brasil (6 Sudeste, 1 Norte, 1 Nordeste e 1 Sul), com idades entre 25 e 43 anos (Tabela 1). Esses dados iniciais foram fundamentais para selecionar um número equilibrado de entrevistadas das três divisões raciais. Para manter o anonimato, seus nomes foram substituídos pelas letras do alfabeto (A,B,C,D,E,F,G,H,I) juntamente com a auto identificação racial (Branca, Parda e Preta).

¹⁷ Branco: pessoa que se declara como branca, ou seja, que possui características físicas historicamente associadas às populações europeias. / Preto: pessoa que se declara como preta, com características físicas que indicam ascendência predominantemente africana (TJDFT) / Pardo: pessoa que se declara como parda — categoria de miscigenação, ou seja, que engloba indivíduos com origem em duas ou mais “cores ou raças”, como “mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça” (IBGE, 2011)

Tabela 1 - informações retiradas dos formulários preenchidos pelas mulheres entrevistadas.

NOME	IDENTIFIC AÇÃO RACIAL	IDADE	ESTADO	TEMPO EM PORTUGAL	ESTADO CIVIL (Quando chegou em Portugal)
A	Branca	37	Rio de Janeiro	5-10 anos	Casada
B	Branca	29	São Paulo	5-10 anos	Solteira
C	Branca	40	Pará	5-10 anos	Solteira
D	Parda	34	Rio de Janeiro	1- 5 anos	Solteira
E	Parda	25	Rio Grande do Sul	5-10 anos	Solteira
F	Parda	27	Espirito Santo	5-10 anos	Casada
G	Preta	37	Bahia	6 meses- 1 ano	Solteira (com 1 filho)
H	Preta	43	Rio de Janeiro	5-10 anos	Solteira
I	Preta	41	Rio de Janeiro	5-10 anos	Solteira (com 1 filha)

CAPÍTULO 3

Análise Temática das Entrevistas

Neste capítulo utilizaremos os relatos das participantes para analisar os pontos de convergências e divergências entre as experiências vividas, as realidades sociais e raciais das participantes e as teorias apresentadas. Os relatos serão divididos em 7 tópicos: 3.1) Realidade Social no Brasil; 3.2) Vivências da Violência de Gênero no Brasil; 3.3) Mecanismos Desenvolvidos para se proteger no Brasil; 3.4) Motivo para Migrar e Contexto de Chegada em Portugal; 3.5) Vivências de Violência de Gênero em Portugal a partir do Estereótipo Hipersexualizante da Mulher Brasileira; 3.6) Mecanismos de Proteção Desenvolvidos em Portugal; e 3.7) Acessibilidade às Instituições de Segurança em Portugal.

3.1. Realidade Social no Brasil

Inicialmente iremos apresentar o contexto social onde as entrevistadas cresceram, para compreender o ambiente das experiências retratadas. As entrevistadas se autodenominam dentro das divisões de classes sociais¹⁸ e informaram características familiares, de interações sociais e acesso às estruturas de conhecimento.

- A-Branca: cresceu no Rio de Janeiro, de família de classe média, com presença materna e paterna, teve acesso a escola particular e ao ensino superior. Cresceu em um ambiente com restrição de circulação nos espaços públicos até o ensino médio (15 anos de idade) e teve experiência de intercâmbio linguístico de 2 anos na Irlanda;
- B-Branca: cresceu em São Paulo, de família de classe média, com presença materna e paterna, frequentou escola pública e teve acesso ao ensino superior. Família conservadora religiosa, começou a ter liberdade de circulação nos espaços públicos a partir dos 16 anos com o primeiro emprego.

¹⁸ Classe social é um conceito das ciências sociais usado para categorizar os indivíduos de uma sociedade com base em critérios econômicos, sociais e culturais. Segundo Pierre Bourdieu as classes podem ser divididas em três, Classe Dominante/ Classe Alta: formado por pessoas detentoras do capital econômico e/ou cultural; Pequena Burguesia/ Classe Média: posição econômica e cultural entre a classe dominante e a classe trabalhadora; Classe Popular/ Classe trabalhadora: executam o trabalho manual ou precário e tem baixo acesso à renda e educação. (Nogueira & Catani, 2001)

- C-Branca: cresceu no Pará, em família de classe trabalhadora, com presença materna e paterna, frequentou até o ensino médio em escola pública. Trabalha desde os 12 anos para poder ter acessos à alguns bens de consumo. Aos 18 anos se mudou para outro Estado e aos 21 anos precisou voltar para a casa dos pais decorrente de uma gravidez. Após dois anos, deixou o filho aos cuidados do pai e migrou para a Bélgica, por aproximadamente 10 anos. Viveu 2 anos em Portugal e precisou voltar ao Brasil, durante o período da Pandemia do COVID-19, regressando novamente em 2024.
- D- Parda: cresceu no Rio de Janeiro, de família classe média com presença materna e paterna até os 17 anos, quando sua mãe faleceu. Estudou em escola particular e se graduou em ensino superior. Durante sua realidade no Brasil teve acesso restrito aos ambientes públicos, seus pais a restringia por questões de segurança. Antes de migrar trabalhou como servidora pública.
- E-Parda: cresceu em Porto Alegre (RS), família de classe trabalhadora com presença materna e paterna. Estudou em escola pública até os 15 anos, quando se mudou para Portugal com sua mãe, irmãos e padrasto. No Brasil, residia em um ambiente conflito entre o Estado e os moradores (tiroteios).
- F-Parda: cresceu na cidade de Serra (ES), de família classe média com presença materna e paterna. Estudou em escola particular chegando a se graduar em ensino superior. Trabalhava com vendas e vivia em apartamento próprio com seu marido.
- G-Preta: cresceu residindo alternadamente entre Petrolina e Salvador (BA), de família de classe trabalhadora, com presença materna e paterna. Estudou em escola pública e tem curso superior. Começou a trabalhar na infância ajudando a mãe no trabalho doméstico. Em Salvador presenciou conflitos armados próximos de sua casa. Antes de entrar na faculdade teve um filho e sempre desempenhou o papel de mãe solo.
- H- Preta: cresceu no Rio de Janeiro de família classe média com presença materna e paterna até os 16 anos, quando seu pai faleceu. Estudou em escola particular e se graduou em ensino superior. Começou a trabalhar depois da morte de seu pai e morava em uma área de conflito policial.
- I-Preta: cresceu em Nova Iguaçu (RJ), de família de classe trabalhadora, com mãe solo, sem contato paterno. Começou a estudar aos 11 anos, antes disso desempenhava o papel de doméstica em casa cuidando dos irmãos menores. Vivia em uma região de conflito e se transformou em mãe solo quando sua filha tinha 4 anos. Trabalhava como cozinheira em restaurante de Hotel no Rio de Janeiro.

Dentro das informações disponibilizadas pode-se perceber que a maioria das mulheres, seis das entrevistadas, se auto classificam classe média, que seria uma realidade onde algumas tiveram a condição de educação em escola particular, os pais tinham casa própria, carro, etc. Porém, dentro dessa classificação, quatro participantes se encontravam inseridas em um ambiente de violência, com os seguintes relatos: “tivemos que esconder atrás do sofá por causa de um tiroteio na rua” (E-Parda), “corre todo mundo pra debaixo da mesa que tá tendo tiroteio, acontecia muito isso” (G-Preta), “porque o condomínio era no meio de duas favelas, as balas passavam pela janela mesmo. Então eu tinha esse risco, muitas vezes eu pulei corpo no meio da passarela do metrô” (H-Preta) e “era periferia, sempre tinha assalto, roubo, mas a minha preocupação era com a agressividade, a violência gratuita.” (I-Preta). Essas falas mostram uma realidade mais vulnerável perante as demais participantes. A representação do conceito de biopoder “fazer viver e deixar morrer”, de Foucault que contextualizado por Mbembe (2016), no período colonial, traz a manutenção do corpo escravizado vivo para benefício do homem branco. Na atualidade passa a não ter mais valor, nesse caso o Estado em vez de fazer viver, está fazendo morrer, ao constatar que quatro das entrevistadas, vivenciaram uma realidade de violência cotidiana pelo Estado (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022).

Das entrevistadas três se percebiam classe trabalhadora, onde tiveram que trabalhar desde a infância, para “poder ter coisas que os pais não podiam dar” (C-Branca), ou para ajudar a mãe nos trabalhos domésticos, da própria casa (I-Preta) e no próprio trabalho da mãe (G-Preta). Partindo deste contexto, podemos perceber que dentro desta amostra, das nove entrevistadas, a maioria das brancas e pardas se encontravam em uma situação social e econômica mais favorecidas que as mulheres pretas. Esse dado corrobora com Gonzales (2020) quando diz que mesmo com o passar dos anos, o corpo negro se mantém colonizado, mudando somente o mecanismo como isso é feito.

3.2. Vivências da Violência Gênero no Brasil

Dentro do que foi exposto pelas participantes, sobre as violências de gênero no país de origem, separamos os relatos pelas situações e tipo de vínculo com a pessoa que a violentou. Os primeiros ocorreram com 4 participantes, no ambiente de trabalho por chefes, colegas e clientes, sendo que duas (D-Parda e H-Preta) sofreram revitimização. O assédio sexual esteve presente em todas as situações com B-Branca e D-Parda, sendo que com esta ocorreu em empregos diferentes. Os autores das agressões foram os chefes e as duas relataram assédio verbal.

Eu era menor de idade. (...) Tinha a salinha do dono da empresa, que era do lado da nossa e tiveram altos assédios, altas piadinhas transformadas em brincadeiras, mas que eram nitidamente abusos. (B-Branca)

(...) teve um que estava se forçando a beijar o meu pescoço, no local de trabalho. E eu, tipo, não sai daqui, e ele continua forçando(...) Em outro órgão público, como estagiária, o chefe também. Ele ficava, não só me assediando, como depois eu soube que outra estagiária, que trabalhou no centro antes de mim, também foi. (D-Parda)

No caso de H-Preta, esta descreveu vários episódios com colegas de trabalho, a partir de telefonemas anônimos até convites para sexo, F-Parda foi surpreendida com uma foto dos órgãos genitais de um cliente.

Era frequente, porque o meu público todo era homem (...) sempre teve alguma situação chata (...) antes eu trabalhava na loja física e depois eu ficava trabalhando em casa. E um desses clientes tinha me mandado mensagem às 3 horas da manhã: “Oi Dani”, e eu não respondi (...) ele me mandou foto do genital dele. (F-Parda)

No ambiente escolar, tivemos um relato de atitudes “inapropriadas”: “Também teve um professor que falou qualquer gracinha pra mim, queria me levar de moto para casa. Essa situação, assim. Querendo saber pra onde eu ia.” (D-Parda).

Em ambientes privados, C-Branca relatou um caso de um conhecido que, em uma festa na casa dessa irmã, a assediou verbalmente na frente de várias pessoas, causando um constrangimento e conflito entre as irmãs. Nos casos de H-Preta e I-Preta, a violência partiu de seus próprios companheiros, no primeiro como assédio sexual e o segundo como violência física.

Ele queria, porque queria. E eu não queria de jeito nenhum. E ali, eu me senti violentada. Até eu conseguir de alguma forma machucá-lo, para ele sair de perto. Sim, isso aconteceu (...). Mas foi a pior relação por conta disso, né? (H-Preta)

Fui agredida (pelo pai da sua filha), como é óbvio. Todas as mulheres são agredidas. Ele me deu um empurrão que eu voei do portão até a porta da minha irmã. Foi um estrondo. E quando eu caí no chão ele veio para cima de mim me bicar. Eu falei, aí não tem como, né? Pois bem eu passei a mão e peguei um pedaço de pau e parti para cima dele (...) foi uma

loucura, mas se eu não fizesse aquilo, como defesa, eu estaria fodida. Essa é a verdade. (I-Preta)

A última realidade observada foi do assédio sexual na infância, algumas das entrevistadas relataram como experienciaram a violência sexual desde muito novas. Em sua maioria sendo vivenciadas em contextos familiares ou de pessoas próximas, muitas vezes sem entender o que estava acontecendo, passando a ter consciência do ocorrido depois de um tempo, como no caso de E-Parda,

Tinha um tio lá que era velho, assim, bem nojento e eu sempre gostei muito de fazer esporte, de fazer ginástica (...) eu estava fazendo, tipo, espacate aberto de frente. E aí ele disse, ah, você faz muito bem isso, faz muito bem isso, faz de novo. E aí depois minha mãe que me falou, não faz mais isso, ele tá querendo não sei o que. E ela me explicou. (E-Parda)

G-Preta não apresentou uma experiência específica marcante, mas disse “Eu criança, indo para a escola e tudo, eu vi uns homens nojentos, grandes, passarem e assediarem, sabe? (...) é impossível a gente se desarmar disso completamente (...)” (G-Preta). Já H-Preta sofreu assédio por parte de um amigo do pai:

Eu acho que eu tinha 10 anos. Eu lembro que eu estava na padaria com meu pai e estava de shortinho. (...) E aí, eu lembro que eu cheguei e pedi alguma coisa doce. E aí, eu lembro de um coroa lá, um amigo dele, falou: Ah, você está bonita. Essas coisas assim. Eu já era desenvolvida, já tinha um corpo que chamava atenção. Então, se você me perguntar. Teve algum momento no Brasil que você não sentiu olhada? Desejada? Não lembro. (H-Preta)

E I-Preta pelos namorados da mãe:

Minha mãe teve namorados de por dentro de casa. Com três mulheres. Então isso aconteceu inúmeras vezes. Teve o último namorado da minha mãe e eu tinha 16 anos. (...) Sabe a pessoa que olha e eu me sentia pelada. (...) E aí, ele tinha uns toques, ele me chamava de filha, mas eu sentia que a mão corria junto ao meu corpo. Me batia um desespero. Para que eu vou falar se todas as vezes que eu falo é mentira? Nunca me ouviu quando criança, isso é muito complicado, muito doído. E eu já tinha sido abusada não sei quantas vezes. Só não houve penetração. (I-Preta)

Somente A-Branca não conseguiu relatar nenhuma situação com relação a esse tópico.

Dentro destas informações, podemos perceber a diferença de acontecimentos e intensidades com relação a questão racial das participantes. As mulheres auto identificadas como brancas, quando tiveram algum relato, o assédio foi caracterizado como verbal, através de “piadinhas” ou “investida”. Já com as mulheres negras (pardas e pretas), todas tiveram alguma experiência mais intensa, sendo que com D-Parda, H-Preta e I-Preta as situações ocorreram com mais frequência e com protagonistas e ambientes diferentes. Outro ponto importante de ser destacado é que todas as mulheres pretas sofreram algum tipo de assédio enquanto ainda eram crianças. Esses relatos corporificam os dados estatísticos apresentados pelo Núcleo de Estudos Raciais do Insper (2024), no qual quatro em cada dez pessoas vítimas de violência sexual são crianças e adolescentes negras, sendo o dobro dos casos com relação às meninas brancas de mesma idade. Com isso, pode-se perceber, como Fanon (2022), que o estigma do corpo negro (colonial) está presente antes de sua concepção, assim, ao nascer ele é objetificado e categorizado pelos estereótipos que o cerca, nesse caso a hipersexualização da mulher negra, independente de ainda ser uma criança.

3.3. Mecanismos Desenvolvidos para Proteção no Brasil

Em todas as entrevistas o discurso de receio em ser mulher no Brasil estava presente, apesar de uma das entrevistadas não se recordar de nenhuma situação específica, todas disseram ter sofrido algum tipo de assédio no período em que viveram no país. Isso fez com que desenvolvessem algum tipo de mecanismo de proteção. Sendo uns mais específicos, para uma determinada situação, como no caso de I-Preta, quando era criança:

Por vezes eu ia tomar banho e esse cara (padrasto) ficava passando pelo corredor. Quando meus irmãos estavam na escola e eu estava sozinha dentro de casa. Por garantia, o que eu fazia? Eu ia para a rua e chamava várias crianças. E quando eu falo várias, é várias mesmo. Botava tudo dentro de casa para eu conseguir tomar banho. (I-Preta)

Como ações mais gerais, temos o caso de E-Parda que aprendeu artes marciais, Jiu Jitsu, para auto proteção e sempre andava pelas ruas acompanhada de amigos para se sentir mais segura. A modificação na forma de vestir também foi um mecanismo apresentado por duas entrevistadas, como A-Branca que não utilizava transporte público com roupa de ginástica e H-Preta que utilizava vestidos soltos e compridos para que os homens não reparassem em suas características corporais.

Tinha alturas que eu pegava um ônibus pra ir pro trabalho, sendo que eu ia antes pra academia, que era no prédio do trabalho. Ou seja, eu podia muito bem já ir com a roupa da academia e chegar lá, só que, obviamente, eu não fazia isso. Porque eu pegava um ônibus, eu nunca, nunca ia pegar um ônibus com roupa de academia. Então, eu tinha que ir com a roupa do trabalho, levar a roupa da academia na bolsa, chegar lá, trocar, depois trocar de novo. (A-Branca)

Porque eu tinha necessidade de me cobrir, eu chamava atenção. Então isso já era na adolescência. Minha mãe inclusive falava, filha, tu é nova, põe shortinho. Eu já me vestia assim com saião. Nem era moda na época, mas eu me sentia desconfortável porque eu tinha um corpo muito bonito, eu chamava muita atenção. Sempre foi assim, realmente era em qualquer lugar. Isso me incomodava (H-Preta).

Mesmo cada uma desenvolvendo alguma prática específica ao seu contexto, todas expuseram um sentimento de tensão constante no Brasil, de estarem sempre em alerta, como se a qualquer momento algo ruim pudesse acontecer. Porém, para as mulheres pretas esse alerta estava presente em todos os lugares, a todo momento, como relata I-Preta “Ser mulher não é fácil (...) Se você for mulher periférica então, fodeu. E se você for mulher, periférica e preta, fodeu mais ainda. Porque parece que não tem limite para esse corpo (...)”. Essa fala trata da interseccionalidade de Collins e Bilge (2021), para a construção da mulher negra periférica, no qual se encontra presente em três grupos, gênero, raça e classe. Ela se contextualiza dentro da construção do estereótipo hipersexualizante da mulher negra, que coabitam no corpo e na experiência dessas mulheres.

3.4. Motivos para Migrar e Contexto de Chegada em Portugal

Com relação aos motivos para migrar, cinco participantes queriam sair do Brasil para conhecerem lugares diferentes. Duas com o intuito de ir para Portugal (B-Branca e H-Preta) com o intuito de “mudar de ares”. “Meu objetivo era conhecer um outro lugar, queria sair da minha cidade e ter vivências diferentes, outras experiências, outras culturas (...)” (B-Branca). As outras três buscavam outro local como objetivo, mas acabaram optando Portugal por circunstâncias que impediram elas de estarem na primeira opção (A-Branca, C-Branca e F-Parda). Outras duas vieram num contexto de estudo e acompanhando a família (D-Parda e E-Parda) e as duas últimas foram essencialmente buscando mais segurança (G-Preta e I-Preta).

Eu vim muito em busca, claro, financeira também, mas assim, a questão da qualidade de vida, sabe? (...) Na verdade, eu acho que o que eu mais buscava, o que mais me assustava era a questão de segurança. Eu nunca sofri um assalto, mas eu perdi muita gente, então eu convivi com isso desde sempre. (G-Preta)

E eu pedi demissão para poder vir para cá, por medo. Mas aconteceu alguma situação? Não exatamente comigo, mas com pessoas próximas. A minha irmã foi assaltada, a minha mãe foi assaltada, uma senhora que já teve um AVC, anda com dificuldade e ainda assim foi assaltada. (...) Não dá para você pensar somente em uma única coisa. Eu falo da violência por consequência, às vezes a intenção dessa pessoa é só te assaltar, mas aí olhou para a sua cara, tem uma facilidade. Porque não uma violação também? (I-Preta)

Dentro deste recorte podemos perceber que as duas mulheres pretas, de situação social pobre e com filhos, foram as que relataram a segurança como o objetivo principal de migrar. Os últimos motivos deixam claro a ligação dos dados de violência, apresentados no tópico 1.4, com as posições sociais e raciais que estas mulheres ocupavam no Brasil. O “racismo estrutural” presente na sociedade brasileira, que nega o direito à cidadania plena, a partir do momento que essas mulheres não usufruem da segurança, principalmente pelo fato de serem pretas (Almeida, 2019), resolvem migrar na esperança de um dia conseguir esse direito para si e seus descendentes.

Seguindo para a realidade de chegada à Portugal, somente uma das participantes apresentava cidadania portuguesa e tinha contrato de trabalho (A-Branca) e outras duas (D-Parda e E-Parda) vieram como estudantes, com agendamento no SEF. O restante das entrevistadas chegou com visto de turismo e depois foram se regularizar, sendo que duas (C-Branca e G-Preta), até o momento da entrevista, ainda se encontravam em situação irregular. Nesse sentido, assim como Pinto e Marques (2023) relatam, a irregularidade é uma das características principais de vulnerabilidade das entrevistadas ao chegar em Portugal. Apesar da maioria não sofrerem com a exclusão social, por terem pessoas próximas no país, muitas enfrentam a dificuldade do desemprego, pela burocracia de obtenção de documentos.

3.5. Vivência de Violência de Gênero em Portugal a partir do Estereótipo de Hipersexualização da Mulher Brasileira

Partindo para o contexto de vivenciar a violência de gênero em Portugal, encontramos vários relatos que expressam estereótipos de subjugação e de hipersexualização por serem brasileiras, também foi relatado muitas situações de racismo com as mulheres negras. Porém, para a análise deste trabalho, foram utilizadas somente situações de violência gênero. Em todos os relatos, mesmo quando não estava totalmente explícito na fala, as entrevistadas relacionam a situação com o fato de serem brasileiras, como se estivesse intrínseco às suas experiências em Portugal. Isso ocorre em razão do processo de racialização vivenciado por essas mulheres ao chegarem em terras lusitanas, uma vez que duas das três participantes que se autodeclararam pardas afirmaram não ter passado por episódios de racismo explícito no Brasil, experienciando esse processo apenas após a imigração. Essa racialização está intrinsecamente vinculada à hipersexualização e inferiorização, por serem consideradas mestiças, independentes de suas características fenotípicas. (França & Oliveira, 2022).

Todas as mulheres pretas ao relatar as situações vividas, sempre apontavam uma dúvida se o ocorrido foi por serem brasileiras ou por serem pretas. A dúvida surge pelo fato de sua sexualidade ser objeto de violência desde o Brasil, ocorrendo a partir de idades muito baixas. O olhar dos homens sobre as mulheres pretas, como se estas carregassem um erotismo intrínseco a sua essência, retira sua humanidade e a coloca num papel de “objeto sexual” desde muito nova (Fernandes, 2016). Essa experiência faz com que quando um homem a olhe assim, em qualquer outro lugar, ela identifique como algo já vivido e correlacione à primeira experiência.

Os relatos de assédios sofridos na rua, ambiente onde se teve mais ocorrência, tanto no período do dia, com E-Parda, H-Preta e I-Preta, quanto no período da noite com B-Branca e D-Parda, são os mais descritos. Durante o dia, todos ocorreram por parte de portugueses que trabalham na construção civil, tendo em todos os três relatos o assédio a partir do olhar, como relata E-Parda: “Ele ficou me olhando assim, com aquele olhar de poder e desejo.” ou I-Preta “(...) eu olho pra ele e ele está com cara de desejo, entendeu?”, no caso de H-Preta além do olhar teve um comentário que o homem fez com uma outra pessoa, chegando até o seu conhecimento: “(...) quando essa mulher chega, eu fico maluco.” Nesse contexto podemos perceber que há três discursos no qual o “olhar de desejo” está presente, essa forma de assédio é a mais difícil de se explicar e de ser validado, porém para elas é tão violento quanto outras formas de assédio. Um fato importante, é que as três mulheres que apresentaram esse desconforto no olhar foram as mesmas que sofreram assédio sexual na infância. Para Fanon (2022), o corpo negro é violentado, explorado e controlado constantemente pelo sistema sendo agredido não somente fisicamente, mas psicológica e simbolicamente.

As informações presentes nos acontecimentos noturnos são de um assédio mais violento, como no caso de B-Branca que foi perseguida pela rua e assediada com palavras:

(...)teve até um episódio, que eu acho que foi a primeira vez, assim, que de fato, que eu fiquei realmente com medo. Eu fui descer em uma ruinha, que era bem residencial e teve um cara que desceu na rua junto comigo, mas eu tava de fone de ouvido (...) eram 10 horas da noite, e vi que ele tava falando alguma coisa. Aí eu ignorei, continuei com a minha música e atravessei pra outra calçada, pra seguir mais na minha privacidade. Eu vi que ele me acompanhou e atravessou também. Aí, na hora que eu baixei a música, eu não me lembro qual era o sotaque que ele usou ou a nacionalidade, mas ele tava falando, tipo, gostosa, não sei o que, com esse vestidinho (...) Aí eu pensei, “gente, é sério? (...) eu já comecei a procurar, ver se eu via alguém numa janela, ou alguém passando na rua, e acelerei o passo. Ele acelerou também, junto comigo. E a rua é, assim, super deserta. Eu tentando calcular alguma coisa friamente, pra não fazer nenhuma besteira. Aí, a minha sorte é que na hora que eu ia cruzar de uma calçada pra outra, um carro errou o caminho e entrou na rua e eu fiz um sinal pra ele e andei mais rápido. Falei: “Senhor, você pode fingir que me conhece?” Pra minha sorte, era um brasileiro. Ele, “Claro”, desceu do carro (...) o cara vazou, saiu correndo. Eu pensei, caralho, isso nunca me aconteceu, nem no Brasil (...) Mas, enfim, a gente não tá ileso em nenhum lugar do mundo. (B-Branca)

Já na experiência de D-Parda que foi surpreendida com um homem “veio segurando o pênis em minha direção” e ela saiu correndo, esse dia era jogo do Brasil na Copa do Mundo. Os dois exemplos mostram uma tranquilidade desses dois homens em perseguir e assediar, mostrando, como Gomes (2013), que existe uma manutenção de imagens e padrões coloniais, onde as dinâmicas históricas de poder são utilizadas pelos os homens portugueses para assediar e violentar imigrantes das ex-colônias.

Outro ambiente foi o transporte público onde ocorreram dois incidentes, no metrô e no comboio. No primeiro D-Parda descreve que foi simpática com uma pessoa e ela começou a segui-la, após saírem da estação, chegando ao ponto dela ter que “falar um pouco mais ríspida”, para conseguir se afastar e poder seguir para sua casa. O segundo caso foi mais violento, segundo I-Preta ao entrar no vagão do comboio havia somente ela e um outro passageiro:

Eu vi quando ele começou a fazer aquela movimentação toda. Ele estava lá no vagão, na ponta, e eu estava na outra. Mas eu não senti de costas, eu vou sentar de frente, porque eu vou constranger ele. Ou se aconteceu alguma coisa, eu estou vendo, né? (...) eu entrei dentro do comboio, e ele olhou pra minha cara e começou a se mexer nas coisas. (I-Preta)

Quando a entrevistada diz: “começou a mexer nas coisas” ela estava descrevendo que o homem estava se masturbando e parou somente depois que outro passageiro entrou no mesmo vagão e percebeu o que estava acontecendo. No primeiro relato, o estereótipo da mulher brasileira simpática foi utilizado pelo assediador para se sentir tranquilo em perseguir a entrevistada, assim como Assis e Siqueira (2021) percebem sobre esse imaginário que se mantém no território e que marcam os seus corpos em qualquer local que frequente. No segundo caso, I-Preta disse não saber se o homem se sentiu à vontade para se masturbar em sua frente, por ela ser negra ou por ela ser brasileira, trazendo novamente o questionamento a partir de suas experiências anteriores no Brasil.

O local de trabalho também foi outro espaço de situações de assédio, quatro das entrevistadas disseram ter vivenciado alguma situação com os chefes, clientes e até por um recrutador. As duas que descreveram episódios com seus chefes, apontaram a forma explícita que estes se utilizaram do estereótipo da mulher brasileira para insultá-las:

É Racismo né. Ela disse: “Por que tu quer um emprego de ajudante de cozinha, loira e nova?” (...) vocês brasileiras só vêm pra cá querendo documentos e depois pegam os nossos homens e vão embora.” Sempre escutei isso nos lugares que eu trabalhei as pessoas falando: voltar para o Brasil, que o lugar seu não é aqui, que brasileira vem aqui só para prostituição ou para roubar marido dos outros. (C-Branca)

Na experiência de I-Preta a fala não foi diretamente para ela, mas foi dito em sua presença “Ah, porque as mulheres brasileiras, elas têm um corpo, são umas bundas.”. Nesses discursos é percebido a utilização dos estereótipos de interesseira, rouba marido, prostituta e corpo exótico para a reafirmação de seu lugar nessa sociedade. Essas falas são muito características das representações sociais sobre a mulher brasileira, sendo difundidas no cotidiano social e pela mídia portuguesa (Martins & Miranda, 2020).

Nos outros dois casos foram falas diretas tanto de um recrutador, que fez perguntas inadequadas para G-Preta, “(...) está saindo com alguém?”, quanto do cliente, sendo que este chegou a tocar nos cabelos de F-Parda sem seu consentimento: “Assim, eu trabalhava em um bar, quando eu tinha chegado (...) Teve um dia que eu tava passando, o cara mexeu e mexeu no meu cabelo. Ainda bem que o segurança viu e já resolveu logo de uma vez.” (F-Parda), mostrando que o corpo racializado não pertence a própria pessoa, podendo ser tocado e assediado, mesmo estando no local de trabalho. Martins e Miranda (2020) sugerem que a partir das representações sociais, a forma como o indivíduo define sua existência e a forma como

interpreta e interage com o mundo, influenciam nas ações que este realizará com o outro. Assim, quando esses homens se sentem tranquilos em assediarem uma mulher em seu ambiente de trabalho, todas em posição subalterna a estes, se utilizam do ser homem branco europeu, para reafirmar suas representações sociais construídas desde o período colonial.

O ambiente escolar foi outro local de hierarquias institucionais onde ocorreram relatos de experiências de situações de assédio verbal:

Então eu entrei num curso de apoio técnico à gestão esportiva (...) eu entrei sendo a única mulher e ainda brasileira. Até me receberam bem, mas já rolava aquela coisa de estereotipar a mulher brasileira, umas piadinhas que no início eu não entendia tanto, eu achava que era só porque eu era a única mina da turma. Mas depois eu fui percebendo que também tinha essa objetificação, que tinha xenofobia demais, enfim, que eles iam ficar os três malditos anos fazendo piadinha. Ninguém chegou e falou, olha, lá eles vão fazer isso, se prepara. Eu era muito nova, com 15 anos, eu achava que ia ser só maravilha aqui. (E-Parda)

A outra exposição ocorreu em um curso de pós-graduação, essa foi a primeira vez que H-Preta vivenciou o sentimento de “ser brasileira”, ela relata que estava em uma classe de oito pessoas e somente ela não era europeia. Era um curso online e ela foi surpreendida com “risadinhas” de seus colegas quando realizou uma intervenção: “Eu tinha ali uma coisa do estigma da inferioridade e isso se reforçava.” Ela também se recorda de um constrangimento que passou com uma fala de seu professor: “Eu lembro que o professor falou assim, “Você tem uma voz muito melosa, né? Isso é típico de brasileira, é ótimo pra terapia.” (...) eu já não queria nem ligar a câmera (...) já era vista como uma brasileira sedutora.” (H-Preta). Os relatos demonstram que mesmo estando em uma instituição de ensino, as pessoas inseridas nesse contexto estão despreparadas para se relacionarem com o diferente e também reproduzem estereótipos de inferiorização do outro. Assim como Duarte e Oliveira (2012), estudaram as instituições de segurança, todas as estruturas estarão reproduzindo e reafirmando os estigmas, limitando a permanência dessas mulheres nesses espaços.

Em ambientes de lazer também não seria diferente dos demais, ao contrário, por ter o estereótipo da alegria e do gingado, esse espaço seria muito propício para assédios. Três entrevistadas expuseram situações em que foram assediadas, sendo que em uma (E-Parda) foi realizada por um brasileiro e teve que se utilizar de suas habilidades em jiu jitsu para escapar de um assédio: “(...) o cara estava me agarrando, brasileiro inclusive. Me agarrando assim de trás, eu dizia sai me solta e ele não, uma mulher não fala assim. Ele fez a terceira vez, fiz uma técnica e derrubei ele no meio do rolê.” (E-Parda). Em eventos de cultura brasileira também

tem muita possibilidade de ocorrer, já que muitas representações do estereótipo da mulher brasileira foram vinculadas com a cultura musical e dança:

Eu frequento muito o forró aqui também (...) Eu acho que, talvez, a abordagem quando estão ali conhecendo nossa cultura, né? Tipo, estão ali tentando entender um pouco do que é a dança. Porque é isso, claro que o forró é um ambiente que pode rolar o flerte, mas não tem que ser, não tem que ser propriamente isso. Hoje em dia eu tenho capacidade de parar uma dança que não tá confortável pra mim. (B-Branca)

A entrevistada G-Preta relata de forma genérica realidades em bares e restaurantes: “o interesse é só saber a nacionalidade pra mesma coisa de sempre. Aquele estigma da mulher, já fala do samba, de achar que a gente é fácil, é isso. Eu acho que isso tem muito, sabe? Aqui acontece bastante. A colonialidade do poder, desenvolvida por Quijano (2005), mostra a separação a partir de hierarquias raciais produzidas a partir de características fenotípicas e culturais. Nesses trechos fica nítida a manutenção da reprodução do estigma da “mulata”, tanto do contexto brasileiro, já que uma das meninas pardas foi assediada por um brasileiro que não aceitou uma negativa de uma mulher “feita para fornicar”, quanto na realidade vendida pelas empresas de turismo brasileiro que vinculava a mulher ao gingado do samba, alegria e disponibilidade para o sexo (Gonzalez, 2020).

Algumas situações ocorreram com as mulheres que se encontravam solteiras e tentaram se relacionar com homens portugueses. H-Preta descreve momentos em que o namorado alterava o tom de voz, na tentativa de manipular uma situação e se impor sobre ela, nesses momentos ela nomeia essas experiências que teve dentro desse relacionamento como uma violência psicológica. Com C-Branca a experiência foi de três situações parecidas, mas com homens diferentes e em épocas distintas. Sendo uma mulher solteira, a entrevistada tentou se relacionar com alguns homens durante o período de migração. Nas experiências, esses homens se utilizaram da vulnerabilidade de ser imigrante, em um caso por estar irregular, para forçar uma interação física indesejada. Como se por ser brasileira, estaria intrínseco que ela deveria ficar (beijar) e fazer sexo com eles:

“eu não queria (...) ele não gostou e começou a me ameaçar (...)Disse que como eu era brasileira imigrante aqui, que ninguém ia dar conta, que ninguém ia dar falta, de que ele podia me matar (...) que ninguém ia saber. Fiquei apavorada, não sei como, mas eu consegui fugir dali, saí correndo e consegui voltar pra casa.” (C-Branca)

No segundo caso ela já estava saindo a mais tempo com o homem e se utilizou da situação dela não estar regularizada para forçar ela a “(...) ficar com ele. Como ele sabia onde eu morava

(...) começou a ameaçar, ainda mais porque ele sabia da minha situação. Eu tive que mudar de casa por medo.” (C-Branca). Na última situação relatada, o homem começou a “xingar e gritar comigo”. Todos esses acontecimentos geraram na vítima uma aversão aos homens portugueses, que perdura até os dias atuais. Nessas descrições podemos perceber o “corpo colonial” como alvo de dominação dos colonizadores e visto como disponível para a satisfação de seus desejos, principalmente com as imigrantes de países colonizados (Gomes, 2013).

Houve também experiência com amigos e familiares de companheiros e um relato de amigo, todos nesse lugar do estereótipo da brasileira ser mais “sexual”. E-Parda, expôs uma situação com uma amiga próxima portuguesa, “(...)já rolou comentários que eu fiquei assim, que eu só não expulsei ela da casa porque eu tive a paz de espírito, para não perder a linha.”. D-Parda descreveu alguns comentários de amigos de seu namorado, sobre uma brasileira que eles conheciam, “(...) qualquer brecha que você dá, você consegue ficar com ela.” e também relatou um familiar do namorado que disse para ele “(...) tomar cuidado. As brasileiras conseguem o que querem.” quando descobriram que ele estava se relacionando com ela. Outra situação ocorreu com H-Preta que estava viajando com o namorado e a sogra mandou mensagem dizendo “Ah, que bom, vai sim filho, se diverte com a brasileira”, relatando que sentiu essa fala num lugar de “sacanagem”, como se as brasileiras fossem só pra divertir. Essas declarações exibem o estereótipo da mulher brasileira de forma enraizada na construção de suas identidades, pois é exposta de forma “natural” pelas pessoas próximas, na forma de um “comentário inocente”, que somente é percebido quando essa mulher expõe sua insatisfação ao ouvir. Quando o descontentamento é pontuado, os portugueses se sentem incomodados (Araújo, 2013)

Na última parte dos relatos relacionados às experiências em Portugal, E-Parda trouxe um olhar sobre sua perspectiva da hipersexualização das mulheres brasileiras. A entrevistada está inserida em uma família multirracial, no qual sua mãe e sua irmã mais nova são muito brancas e ela negra.

De um lado, nessa época de adolescente, eu me sentia estereotipada e objetificada, com olhares, com piadas, lá onde eu estudava. Mas, por outro lado, eu também me sentia, tipo, isolada. Então era um contraste doido, assim. (...) Mas com minha irmã e minha mãe aconteceram já bastante coisas com elas. Até de agressão, né? De assédio mesmo. Eu acho que mesmo a gente sendo estereotipada e hipersexualizada, por eu não ser tão branca, acho que acontece menos. Não sei. É a minha opinião, assim, minha hipótese. Eu via acontecendo tanto com elas que eu ficava, assim, tipo “Meu Deus”. Acho que pode rolar também a questão racial. (...)Pode ter a ver com várias coisas, mas eu tinha essa teoria de

que elas chamam mais atenção sendo muito brancas. Talvez, o padrão mais aceitável. Essa coisa de ser o padrão feminino mais desejado.” (E-Parda)

Este trecho tem uma conexão com que Ribeiro e Ribeiro (2025) e Nascimento (1978) apresentaram ao falar sobre o processo de miscigenação no Brasil e o surgimento da “mulata”, uma mulher com mestiça que apresenta traços estéticos mais parecidos com os brancos ao ser comparada com as mulheres pretas. Essas características fazem com que sejam mais desejadas sexualmente pelos homens, pois são esteticamente mais próximas do padrão europeu de beleza, mas mantém as características de estrutura física e comportamental “exóticas”. As mulheres brancas brasileiras, ao serem racializadas quando chegam à Europa, são vistas nesse lugar de “mulata” e vivenciam uma maior hipersexualização de seus corpos (França e Oliveira, 2022).

De forma geral, somente uma das entrevistadas não apresentou situação de constrangimento ou violência de gênero: “Tipo, assim, uma coisa explícita, nem comigo, nem com as minhas amigas. Mas, assim, eu saio muito acompanhada (do marido), né? Provavelmente isso tem a ver.” (A-Branca). As restantes tiveram pelo menos uma situação exemplificada de forma mais marcante, com descrições mais detalhadas. Durante essas narrativas específicas estavam presentes a ação detalhada do agressor, suas reações e os sentimentos que vivenciaram a partir dessas experiências. Falas como: “Você é só um corpo” e “(...) aquele negócio de uma mulher puta, uma mulher selvagem.” (E-Parda); “Dos homens eu sinto que tem aquela aproximação por um desejo (...)” (I-Preta). Em todos esses relatos existe aquele olhar colonizador da mulher exótica, selvagem, objetificada, reproduzindo padrões de opressão e estigmatização do corpo (Lima-Payayá & Vedovatto, 2025).

3.6. Mecanismos de Proteção Desenvolvidos em Portugal

Todos os acontecimentos apresentados anteriormente, geraram algumas modificações de comportamentos das entrevistadas. Algumas trouxeram das experiências brasileiras, ferramentas de ações para se protegerem em Portugal e outras desenvolveram mecanismos depois de incidentes que ocorreram durante o processo de imigração. B-Branca disse que depois de ser perseguida na rua, começou a ficar mais atenta e a tentar impor fisicamente “uma postura de não demonstrar que eu estou com medo.”, envolver-se em coletivos brasileiros e tentar sempre andar acompanhada de noite, também foram outras atitudes que a participante desenvolveu para se proteger. Já C-Branca, depois de sofrer várias ameaças, relatou ficar “um tempo sem sair com homem nenhum” e nunca mais “ter coragem” de sair com um português.

Por ser estudante, D-Parda se utiliza desse status, em muitas situações, para não ser subjugada pelo estereótipo de brasileira e quando está com seu namorado, prefere que ele interaja com os portugueses, para evitar qualquer constrangimento.

E-Parda acabou por neutralizar o seu sotaque, “(...) eu sofri tanto nos primeiros anos aqui, que eu fiquei com trauma do meu sotaque (...)”, e se relacionar mais com imigrantes, frequentando espaços com poucos nacionais. A proteção desenvolvida por H-Preta foi alterar o seu corpo para tentar se manter “invisível”, por estar cansada de ter que reagir desde a realidade brasileira:

(...) Agora, o engordar provavelmente. Não só pelo estresse do que é viver aqui, aquela coisa da solidão, né? Eu já analisei, já pensei que o fato de ficar gorda me deixa mais invisível das questões dos assédios sexuais. (...) Na minha percepção é como se eu não fosse ficar vulnerável a isso, mas eu fico vulnerável à exclusão. Então assim, se eu já sou invisível por ser mulher, por ser brasileira, por ser negra, eu fico mais excluída ainda por não ser apazível. Por não ser alguém que é bonito de se ver e pode ser que eu não fique tão vulnerável a determinados assédios. Mas eu tenho um corpo que chama atenção. Eu tenho uma bunda muito grande. (H-Preta)

Já I-Preta e G- Preta relatam ações que desenvolveram a partir de experiências no Brasil, e tentam “passar por cima do ocorrido”, ou ignorar a ação, mas se não conseguir, “(...) eu vou lá na hora, eu arrumo confusão, eu vou resolver (...)”. Em todos os discursos, com exceção de A-Branca, houve uma alteração de comportamento na tentativa de se protegerem de situações de violência vinculada à sua identidade de mulher brasileira. Atenção, postura, evitação, menor interação, forma de falar e se alimentar, enfrentamento, são todas as formas de autopreservação que elas desenvolveram. Algumas dessas alterações de comportamentos, também foram percebidas no estudo de Assis e Siqueira (2021), elas perceberam que muitas mulheres brasileiras se utilizam do mecanismo para se afastarem do estereótipo de hipersexualização para se proteger. Porém outras, em alguns relatos alteram suas atitudes de uma forma semelhante a resistência combativa, de enfrentamento aos estigmas e se impondo sobre o agressor (Gomes, 2013).

3.7. Acessibilidade às Instituições de Segurança em Portugal

No último tópico abordamos o tema da segurança, ao questionar todas as entrevistadas sobre onde se sentem mais seguras, entre Brasil e Portugal, todas responderam o segundo. Mesmo

algumas apresentando receios e relatando uma percepção de aumento nos casos de violência contra as mulheres, xenofobia e racismo, o contexto de segurança em Portugal é considerado melhor que no Brasil. Porém esse sentimento de seguridade não se estende às instituições de segurança portuguesa, pois seis das nove mulheres entrevistadas disseram que não se sentem confortáveis ou têm receio de fazer qualquer tipo de denúncia de violência nos órgãos responsáveis. Elas relatam medo de sofrerem racismo, xenofobia e qualquer tipo de discriminação, principalmente se forem denunciar um agressor português. C-Branca e G-Preta expõem um sentimento de vulnerabilidade maior por estarem no processo de regularização, apresentando temor em frequentar uma instituição de segurança portuguesa:

Então a gente tem que procurar toda assistência possível (...) Claro que existe muita situação que trava a gente, então pode acontecer de repente eu estar na situação e não procurar, por estar tão em pânico assim (...) essa questão também desses atrasos, de tudo mais que eles estão fazendo pra demorar a legalidade, faz com que nós mulheres imigrantes fiquemos numa situação de extrema vulnerabilidade. (G-Preta)

Nesse tópico temos a insegurança com as instituições como ponto quase unânime entre as participantes:

Acho que eu procuraria, a Casa do Brasil coisas assim do gênero, mas instituições daqui mesmo, não. De modo geral eu me sinto bem mais segura aqui, sem sombra de dúvida, e por ser mulher também. Mas é isso né a xenofobia é o caso que é isso a gente vai passar diariamente, mas eu acho que o nível ainda do medo que eu senti ou do receio de estar mesmo com o corpo tensionado era maior no Brasil. (B-Branca)

Não me sinto nem um pouco segura de recorrer à polícia portuguesa. Não teve nada, nunca vivenciei, e também não tem relação com documento, não. É uma questão de vulnerabilidade. E aí sim, de sofrer coisas como discriminações, assédio como mulher, como mulher preta, como imigrante, de covardia, nesse sentido, de ser vulnerável nesse sentido. (...) (H-Preta)

Somente A-Branca e F-Parda não apresentaram receio em interagir em ambientes institucionais portugueses. Duarte e Oliveira (2012), aborda a situação da dupla vitimização, onde a vítima sofre violência do agressor e das instituições públicas que deveria protegê-la, aumenta a probabilidade destas sofrerem discriminação e preconceito por parte das entidades oficiais.

Em dois discursos foram apresentadas experiências ruins com a polícia portuguesa. A primeira, E-Parda, foi agredida pela polícia na rua, em um evento cultural brasileiro, expondo “Eu acho que meu medo é mais do Estado, né? De como o Estado opera na cabeça das pessoas e faz a gente ser considerado o que há de mal agora pro país (...)”. Com I-Preta foi diferente, ela sofreu um assédio sexual no comboio e na denúncia se sentiu menosprezada, desacreditada pelos policiais que a atenderam, pois percebeu que eles não executaram o registro: “Conforto eu não teria. Porque já me aconteceu uma situação que foi nitidamente racismo que eu senti. Eu acho que o racismo aqui ele é bem explícito. A xenofobia, ela grita, entendeu? É explícito, ela grita.” (I-Preta). As duas experiências relatadas pelas entrevistadas foram de violência física e discriminação realizados pelos agentes de estado. Aqui percebemos a divisão social descrita, por Duarte e Oliveira (2012), como o mundo humano e sub-humano, no qual a mulher imigrante está inserida no segundo. O pertencimento à um espaço de não-território, faz com que essa mulher seja destituída de direitos, dificultando seu acesso ao sistema judicial.

CAPÍTULO 4

Discussão

A discussão será pautada na intersecção construída pelas experiências raciais e sociais, dentro dos contextos brasileiro e português, vinculados aos estereótipos presentes nesses espaços e dos comportamentos desencadeados para a autoproteção dessas mulheres, a partir de suas vivências. Os relatos das entrevistadas evidenciam um contexto de desigualdade social e racial no Brasil, no qual o ser mulher articula com a raça e classe na definição de oportunidades e vulnerabilidades. Nessa perspectiva, é apresentada uma diferença no recorte racial dentro das classes sociais, onde a maioria das mulheres pretas estão inseridas em um contexto de pobreza (classe trabalhadora) e as mulheres brancas e pardas estão situadas em uma classe social intermediária (classe média). Sendo que todas as mulheres pretas estão inseridas em áreas de maior violência do Estado e vivenciaram a violência sexual desde a infância.

Dentro do recorte de classe, as duas mulheres pretas e pobres começaram a trabalhar na infância, uma (G-Preta) auxiliando a mãe no trabalho doméstico em casa de “madame” e a outra (I-Preta) sendo dona de casa e cuidando de seus irmãos menores, sendo a única entrevistada que não teve presença paterna em nenhum momento de sua vida. A manutenção da mulher negra no lugar de subserviência está relacionada a manutenção do sistema escravocrata brasileiro, evidenciado nessas narrativas. Segundo Gonzalez (2020), a sociedade retrata o “lugar natural” da mulher negra como doméstica, no qual esse contexto é naturalizado, mesmo que estas sejam apenas crianças. Um dos pontos de diferenciação entre as duas esteve na relação com os estudos, G-Preta sempre foi incentivada pela mãe a estudar, enquanto I-Preta além de não ser incentivada, era negado esse direito, tendo acesso à educação somente aos 11 anos de idade. Outro ponto de coesão e diferenciação entre as duas está na gravidez, as duas participantes tiveram filhos na adolescência, sendo que G-Preta conseguiu manter o estudo, chegando a se graduar, enquanto I-Preta teve que abandonar os estudos ao engravidar.

Diferentemente das mulheres pretas, as mulheres pardas e brancas apresentaram uma distinção maior de suas realidades a partir da classe social que pertenciam. Neste ponto podemos perceber uma passibilidade da mulher parda, dependendo de suas características fenotípicas, dentro dos espaços. Isso acontece, segundo Munanga (1999), pela identificação racial no Brasil ser uma classificação cromática e apresentar características diferentes dependendo da região do país. As participantes pertencentes à classe média, viveram em regiões

menos violentas, tiveram uma infância mais tranquila e a oportunidade de fazerem uma graduação¹⁹, relatando sua experiência marcante com a violência sexual dentro do contexto laboral, depois da maioridade. A única participante parda de classe pobre, ao contrário das demais, vivia em região violenta, não apresenta curso superior e relatou ter sofrido assédio sexual na infância. Outro relato que reafirma a relação de classes dentro de um grupo racial.

Ao abordar às experiências de violência sexual vividas no Brasil, as mulheres que mais apresentaram relatos sobre o tema foram duas das três mulheres pretas (H-Preta e I-Preta) e uma das mulheres Pardas (D-Parda). Uma particularidade entre as experiências, dentro do recorte racial, está nas relações e espaços onde essas violências ocorreram, enquanto as mulheres pardas narram essas situações em locais como o trabalho e a escolas, por pessoas que ocupavam cargos de maior poder (chefes e professor), as mulheres pretas relataram de pessoas próximas, padrasto, amigo do pai e companheiros, que se utilizaram de uma situação de proximidade com as vítimas. Esses dados presentes na pesquisa vão de encontro a toda construção social envolvendo questões de desigualdade social e raça, como nos dados sobre estupro infantil no Brasil, levantado pelo Insper-Núcleo de Estudos Raciais (2024) que relata o dobro de casos de meninas negras com relação às brancas. Nesse ponto, além da sexualização precoce das meninas negras, aparece a informação que a maioria dos violadores dessas crianças são pessoas próximas dentro de seu ciclo social.

Fatores que podem ter contribuído para que as demais mulheres negras sofressem menos situações de violência, inclui o fato de E-Parda fazer Jiu Jitsu, sempre estar acompanhada de amigos e se mudar para Portugal aos 15 anos, limitando suas interações dentro do território brasileiro. E G-Preta pertencer a uma família em que os membros se protegem, não sofrendo nenhuma situação com pessoas próximas e sempre estando acompanhada dos pais e irmãos, mas esta disse ter “muita sorte”, pois sabia que a realidade poderia ser muito diferente.

Dentro dos mecanismos de defesa desenvolvidos para proteção, foi notório que todas as participantes desenvolveram alguma alteração de comportamento, durante a vida, na tentativa de se protegerem da violência no Brasil. Todas disseram que se mantêm em atenção constante nos espaços com presença masculina, sendo um comportamento internalizado por E-Parda e nas mulheres pretas desde a infância. D- Parda e F-Parda disseram que tinham pouco contato com ambientes públicos, a primeira por seu pai ser “super protetor”, sempre a levando e buscando nos lugares, podendo justificar porque todos os assédios sofridos sempre foram em

¹⁹ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022 a proporção da população de 25 anos ou mais com ensino superior completo foi de 21,3% entre as mulheres e 16,8% entre os homens.

lugares institucionalizados, como trabalho e escola. Já F-Parda cresceu em uma cidade pequena, com menor violência, e namorou desde a adolescência seu atual marido, isso fez com que ela estivesse acompanhada na maioria do tempo, relatando sua experiência de assédio somente no trabalho. O racismo estrutural abordado por Almeida (2019) poderia ser uma forma de justificar esses acontecimentos, pois mesmo apresentando uma construção social de classe e proteção familiar maior, estas mulheres são vistas e tratadas a partir do estereótipo, de hipersexualização da mulher negra, dentro das instituições.

A vivência das mulheres brancas, por não experienciarem muitas formas de violência, desenvolveram ações de cuidado e atenção em ambientes públicos, porém o foco desse comportamento era com relação aos objetos que carregavam, demonstrando um receio maior de serem assaltadas do que violentadas sexualmente. A percepção de uma segurança física reflete o que Cida Bento (2022) denomina pacto da branquitude, sendo este um acordo implícito de manutenção dos privilégios raciais que garante às pessoas brancas uma sensação de proteção e pertencimento em todos os espaços. Mesmo diante de episódios isolados de assédio, perpetrado por homens brancos, essas mulheres não se percebem como alvos potenciais de violência de gênero.

Toda essa realidade brasileira corrobora para o processo de migração e na forma como experienciaram e agem no contexto de violência em Portugal. Nesse ponto podemos compreender o motivo de G-Preta e I- Preta migrarem, as duas vieram de uma realidade de pobreza, violência, sexualização de seus corpos desde novas e por serem mães solo. O objetivo principal de emigrar foi pautado na segurança, como possibilidade de alterar essa realidade para si e seus filhos. Apesar de estarem inicialmente em situação de irregularidade e relatarem situação de racismo e estigmatização por serem brasileiras, elas sempre se sentiram mais protegidas que no Brasil. Nesse ponto, todas as vivências anteriores geraram sentimentos e comportamentos que reverberam em suas atitudes na realidade portuguesa, ao lidarem com situações muito violentas, desde criança, desenvolveram uma forma mais incisiva de se impor frente aos acontecimentos agressivos, demonstrando em seus discursos uma potência de enfrentamento.

Mesmo apresentando uma realidade social um pouco mais favorecida, H-Preta não conseguiu se esquivar da experiência de violência sexual na infância. Além disso, percebe-se em sua fala, que por ocupar espaços embranquecidos e ter um “corpo cheio de curvas”, era hipersexualizada desde o momento que saía de casa até a sua volta. O assédio era constante, em todos os lugares e com diferentes personagens de seu cotidiano, chegando ao ápice em uma tentativa de estupro, por parte de um namorado. Todas as experiências trouxeram a ela um

comportamento mais combativo e rígido, que a acompanhou para Portugal, assim como as outras participantes pretas. Porém, ao contrário das demais, ela também desenvolveu outra forma de tentar se proteger. No Brasil, desde muito nova, optou por alterar sua forma de vestir, utilizando roupas mais largas, vestidos e saias longas, tentando camuflar a estrutura do seu corpo. Esse estilo permanece até a atualidade, somado a outro subterfúgio desenvolvido depois da imigração. Com o mesmo objetivo de se esconder dos assédios e racismo, H-Preta modificou seus hábitos alimentares, não somente por uma questão do estresse, mas para alterar o formato de seu corpo. Ao atingir a obesidade, como uma forma proteção, e deixar de ser “aprazível” para os assediadores, a participante percebe que essa ação gerou um isolamento social em todos os contextos. A teoria da corporeidade de Merleau-Ponty (2011) possibilita a compreensão que essas vivências corporais anteriores, de violência e resistência, constituem a base de percepção e atuação no novo contexto. O corpo, entendido como a expressão concreta da experiência no mundo, carrega as marcas da opressão, mas também a memória da superação.

Sob a perspectiva das mulheres pardas, em que D-Parda e F-Parda vieram de realidade econômica parecidas e em sua trajetória no Brasil, mesmo vivenciando algumas situações de assédio, tinham uma estrutura que as mantinham mais seguras no dia-a-dia. Ao se mudarem para Portugal, F-Parda manteve praticamente a mesma configuração, quase nunca se encontra sozinha, sempre com o marido e amigas ou trabalhando, diminuindo a sua interação com outros homens. Uma forma que a permitiu “ser mais aceita”, foi aprender os vocabulários distintos presentes no novo país, diminuindo o conflito de ser corrigida o tempo todo, tendo uma melhor interação com os portugueses. A participante se utiliza, do que Gomes (2013) chama de resistência passiva, um processo de “aportuguesação” de seu vocabulário, na tentativa de se invisibilizar perante ao preconceito e discriminação. Já D-Parda foi uma das mulheres que mais experienciou a estereotipação em episódios diferentes, rua, metrô, trabalho, amigos e familiares do namorado, fazendo com que ela entrasse em contato com novas situações e tivesse que desenvolver comportamentos diferentes, como sempre estar se apresentando com o status de estudante, para ser melhor atendida ou se sentir mais respeitada, e na presença do namorado, por ser português, prefere que ele interaja com os outros nacionais, “eles que se entendam”. Aqui presenciamos um processo de evitação e de resistência combativa (Gomes, 2013), a pesar de serem contraditórias a entrevistada dependendo do contexto se utiliza dos estudos para a quebra do discurso estereotipado da mulher brasileira, mostrando outras possibilidades de identidade.

E-Parda se mudou para Portugal, aos 15 anos de idade, tendo passado por muitas situações de preconceito e estigma de mulher brasileira, principalmente no contexto escolar.

Isso fez com que ela neutralizasse seu sotaque e se relacionasse mais com pessoas imigradas que com os portugueses, contudo, um dos relatos de assédio que sofreu em Portugal foi de outro brasileiro. A descrição deste episódio evidencia a manutenção do estereótipo de “mulata” da mulher negra brasileira, mesmo estando fora do território, sempre será vista pelo homem brasileiro em seu papel de “disponível” para satisfazer seus desejos. (Gonzalez, 2020).

Considerando as mulheres brancas, B-Branca e C-Branca, descrevem os acontecimentos mais marcantes de violência sexual, em suas vidas, no contexto português. Ao ser seguida e assediada na rua, B-Branca experimentou um medo que nunca havia sentido no Brasil e da impotência de não saber como reagir. Isso fez com que ela desenvolvesse alguns mecanismos de proteção ao estar em ambiente público em Portugal, como andar acompanhada, ficar mais atenta e manter uma postura de enfrentamento na presença de homens. No caso de C-Branca, esta relatou situações de falas estereotipadas no ambiente de trabalho por sua chefe, não podendo reagir por medo do desemprego. Mas as experiências mais traumáticas foram os assédios partidos de homens com quem buscou se relacionar, culminando em uma tentativa de estupro a partir de ameaças de morte ou exposição de sua situação de irregularidade. A alternativa que ela desenvolveu para enfrentar essa situação foi o distanciamento da população portuguesa quando possível. Nas duas exposições percebemos o processo de racialização, como apresentado por França & Oliveira (2022), que ao se mudar para a Europa, a mulher brasileira, independente de suas características fenotípicas, é percebida como “mestiça”, “mulata”, herdando seu estereótipo hipersexualizante.

A única participante da entrevista que não conseguiu apresentar nenhuma experiência específica, de violência sexual, nos dois países, foi A-Branca. Isso pode estar vinculado à sua classe social, aos seus traços fenotípicos (com características mais europeias), à sua dupla cidadania, por estar empregada em uma posição qualificada desde sua chegada e frequentemente estar acompanhada de seu marido. Não é possível definir quais os pontos e circunstâncias a fizeram não ter vivenciado nenhuma situação tanto no Brasil quanto em Portugal, mas essas características ao serem interseccionadas (Collins & Bilge, 2021) podem produzir uma diminuição da sua vulnerabilidade dentro dos dois contextos.

Finalizando os tópicos das entrevistas, ao analisar todos os relatos, torna-se possível compreender por que apenas A-Branca, D-Parda e F-Parda afirmaram sentir-se confortáveis em apresentar uma denúncia junto a instituição policial portuguesa, caso vivenciassem alguma situação de violência. No caso de A-Branca, esse sentimento está relacionado ao fato de estar em uma situação social privilegiada e nunca ter passado por experiências de vitimização, o que reduz seu temor em relação às autoridades. Ao se tratar de D-Parda e F-Parda, estas

compartilham não terem problemas em denunciar pois ambas se encontram em situação migratória regular e nunca tiveram experiências negativas com as instituições locais, o que contribui para a sensação de segurança ao considerar uma possível denúncia.

As outras entrevistadas, ao contrário das anteriores, expõem um desconforto em contactar as instituições de segurança portuguesas. A participante B-Branca narra ter vivenciado, e escutado de outras pessoas, algumas situações de xenofobia em ambientes institucionais. Esses episódios fizeram com que ela desenvolvesse uma aversão, optando em contactar uma instituição de imigração antes de recorrer à polícia. No caso de C-Branca e G-Preta, a evitação estaria relacionada ao estado de irregularidade, apresentando uma dificuldade por estarem muito vulneráveis, principalmente se a denúncia for contra um português. Já H-Preta também aborda o medo com relação a vulnerabilidade, porém não pela situação de regularidade, mas por ser preta e poder sofrer discriminação e racismo. Quanto a E-Parda e I-Preta, por relatarem experiências negativas anteriores com as instituições de segurança, realizariam a denúncia caso fosse algo muito grave. Na situação de E-Parda o incidente com a polícia aconteceu em um evento cultural brasileiro, no qual estava tentando proteger outra brasileira e foi agredida pelos agentes de segurança que estavam presentes. Com I-Preta a experiência está vinculada ao relato do Comboio, no qual ao recorrer à polícia, que estava presente no momento em que saíram da Estação, os agentes não relataram a denúncia e executaram algumas expressões que a fizeram sentir discriminada por ser negra e brasileira. O medo de serem discriminadas, sofrer xenofobia ou retaliação por estarem irregulares, demonstra o que Duarte e Oliveira (2012) perceberam em seu estudo, o medo da dupla vitimização faz com que estas mulheres se sintam coagidas a procurar ajuda em instituições portuguesas.

CAPÍTULO 5

Conclusões

A partir de todos os relatos apresentados nesta pesquisa, podemos concluir que o estereótipo da mulher brasileira se mantém no contexto português e isso se deve a vários fatores da própria sociedade e dos meios de comunicação que reforçam esses estigmas. Porém o objetivo deste estudo está em como esses corpos se constroem, a partir de suas realidades no contexto racial e social do Brasil, porque decidem migrar e como experienciam a realidade portuguesa e os estereótipos construídos sobre ser mulher brasileira.

Ao interseccionar todos esses pontos e relacionar as experiências das participantes, podemos perceber que no Brasil, a mulher preta é racializada desde seu nascimento e vivencia o estereótipo de hipersexualização desde sua infância. Essa realidade corrobora com o que Fanon (2022) constrói como corpo colonial, trazendo esse olhar estigmatizado desde seu nascimento. Essas vivências fazem com que estas mulheres desenvolvam muito cedo um comportamento de proteção, modificando a forma de se relacionar com as pessoas. Esse mecanismo passa a ser apresentado em qualquer lugar onde apareçam situações familiares, como sexualização e racismo, e se utilizem desse mecanismo para evitar ou resolver os novos conflitos.

Os mecanismos de proteção, entretanto, imprime em seus corpos uma dualidade entre hipersexualização e masculinização, isso porque no patriarcado a construção de um feminino está associado à delicadeza e submissão e ao adotar uma postura combativa e ativa, estas mulheres perdem essas características, mas não deixam de ser desejadas (Fernandes, 2016). Assim, a mulher negra sofre as duas opressões, de raça e gênero, observando em seus relatos uma dificuldade em classificar determinadas situações de discriminação, pois muitas vezes surge a dúvida se os episódios são resultados do racismo vinculado ao estereótipo da mulher negra no Brasil ou à condição de ser brasileira no exterior.

A mulher parda, por ser o resultado de uma miscigenação, pode apresentar uma passibilidade em certos espaços, dependendo de suas características fenotípicas, influenciando nas experiências. Nos relatos verificou-se uma distinção a partir do contexto social brasileiro que pertenciam, as mulheres com realidade social mais favorecida (classe média) eram resguardadas em muitas situações e apresentaram poucos relatos de violência sexual comparadas a mulher preta de mesma classe social. Já a mulher parda em situação de pobreza (classe trabalhadora) apresenta experiências muito próximas das mulheres negras de mesmo

contexto, mostrando a realidade social como um importante fator para a sua vulnerabilidade. Porém ao se mudarem para Portugal, as duas mulheres pardas (D-Parda e E-Parda), que apresentaram uma maior alteração de contexto, passam a sofrer mais violências relacionadas ao estereótipo da mulher brasileira. Isso pode estar relacionado à construção da narrativa da “mulata exportação”, referido por Gonzalez (2020), onde o seu fenótipo foi vinculado ao turismo sexual brasileiro e exportado para os países europeus.

Das três mulheres brancas entrevistadas, duas relataram experiências contrastantes entre os dois países, a partir de dois pontos. O primeiro sendo o processo de racialização, pois no Brasil elas eram entendidas como “universais” e não a partir de sua raça (Bento, 2022), e o segundo, a estigmatização por parte do estereótipo de hipersexualização. Os dois foram sentidas com maiores intensidades pelas duas participantes. A dificuldade em reagir a uma situação de violência, elucida uma falta de repertório de vivência, limitando suas ações perante os acontecimentos, possibilitando a revitimização com episódios similares. Esses acontecimentos fizeram com que elas desenvolvessem mecanismos de proteção antes nunca necessitados. Um dado interessante é que mesmo relatando essas vivências e pontuando nunca ter ocorrido algo parecido no Brasil, essas mulheres ao serem questionadas, disseram se sentir mais seguras em Portugal.

No último ponto analisado, percebemos que a maioria das entrevistadas apresentam um receio de fazer alguma denúncia nas instituições de segurança de Portugal, evidenciando um medo de sofrerem uma revitimização. Este fato está embasado em experiências anteriores com instituições brasileiras e portuguesas, gerando receio ou descrença no poder público.

Este estudo apresentou um olhar diferenciado ao contextualizar racialmente o lugar de onde os discursos são produzidos e como essas experiências influenciam a percepção e a atuação em realidades semelhantes. Essa perspectiva ampliou a complexidade da análise, revelando algumas lacunas e exigindo que a pesquisa se concentrasse apenas em determinados aspectos. Mesmo assim, podemos perceber que perante as questões inicialmente apresentadas, foi possível identificar que o estereótipo da mulher brasileira é vivenciado, praticamente, na mesma proporção com mulheres brancas e negras. O que difere é a forma como cada grupo lida e reage as situações parecidas. Isso se dá pelas vivências construídas ao longo do tempo, que fazem com que mulheres negras tenha mais exposição à violência sexual e criem mecanismos de proteção desde cedo.

Referências Bibliográficas

Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural* (1ª ed.). São Paulo: Pólen.

Alves, E. C. S., & Moreira, W. W. (2021). *Corpo/corporeidade do negro*. *Dialogia*, 38, e20450. <https://doi.org/10.5585/38.2021.20450>

Alvim, F., & Togni, P. C. (2010). *Sob o véu dos Direitos Humanos: tráfico, tráfego e políticas públicas para a imigração. Um estudo de caso sobre as mulheres brasileiras em Portugal*. In *Anais do Congresso “Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos”*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Araújo, M. (2013). Challenging narratives on diversity and immigration in Portugal: The (de)politicization of colonialism and racism. In J. Capetillo, G. Jacobs, & P. Kretsedemas (Eds.), *Migrant marginality: A transnational perspective* (pp. 27–46). Routledge

Assis, G. O., & Siqueira, S. (2021). Entre o Brasil e a Europa: brasileiras negociando gênero e raça nas representações sobre “a mulher brasileira”. *Cadernos Pagu*, 63, e216306. <https://doi.org/10.1590/18094449202100630006>

Bento, C.(2022). *O pacto da branquitude*. Ed.1. Companhia das Letras.

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>.

Caetano, I. K. S. de O. (2024). *Violência sexual contra a mulher indígena brasileira: A história construída na dor infringida aos seus corpos do passado colonial à contemporaneidade*. *Revista Lampiar*, 3(1). Recuperado de <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/LAMP/article/view/5875>

Carneiro, S. (2003). *Mulheres em movimento*. In R. R. Costa (Org.), *Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil* (pp. 23–37). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Carneiro, S. (2011). Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Geledés – Instituto da Mulher Negra*. <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>

Césaire, A. (2020). *Discurso sobre o colonialismo* (C. Willer, Trad.). Civilização Brasileira. (Obra original publicada em 1955)

Chacham, A. S., & Maia, M. B. (2004). Corpo e sexualidade da mulher brasileira. In G. Venturi, M. Recamán & S. de Oliveira (Orgs.), *A mulher brasileira nos espaços público e privado* (pp. 75-86). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo.

Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade* (R. Souza, Trad.). São Paulo: Boitempo Editorial.

Correia, J. C. (2007) Análise do discurso: a representação da mulher brasileira nos media. <https://doi.org/10.13140/2.1.2229.3766>

Costa, W. S. da. (2009). *Na procura do país irmão, o encontro com o primo distante: Significados atribuídos à experiência de imigração por mulheres brasileiras no Distrito do Porto* (Tese de doutoramento). Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

Costa, P. H. A., & Mendes, K. T. (2022). *Colonização, escravismo e racismo: contribuições a uma psicologia brasileira antirracista*. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 18, 44–64.

Cunha, I. F. (2005). *A mulher brasileira na televisão portuguesa*. In A. Fidalgo & P. Serra (Orgs.), *Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico: Visões disciplinares* (Vol. 3, pp. 535-553). Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Cyrino, C. O. S., Sousa, I. T. S. De, & Anjos J. C. G. Dos (2022). *Corpos Indignos: experimentos de racialização de povos e comunidades tradicionais pelo projeto de desenvolvimento nacional brasileiro*. Revista da ABPN. 14, 160-180.

Duarte, L. (2005). *A invenção da mulata: Da escravidão ao mito da democracia racial*. Estudos Feministas.

Duarte, M., & Oliveira, A. (2012). Mulheres nas margens: a violência doméstica e as mulheres imigrantes. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, XXIII*, 223-237. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10303.pdf>

Encyclopaedia Britannica. (n.d.). *Theodor de Bry*. Encyclopaedia Britannica. Recuperado em 19 de outubro de 2025, de <https://www.britannica.com/biography/Theodor-de-Bry>

Fanon, F. (2020). *Os condenados da terra* (A. C. Taminato, Trad.). Biblioteca Azul. (Obra original publicada em 1961)

Fanon, F. (2022). *Pele negra, máscaras brancas* (H. C. de Oliveira, Trad.). Ubu. (Obra original publicada em 1952)

Fernandes, D. A. (2016). *O gênero negro: Apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude*. Estudos Feministas, 24(3), 691–713. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p691>

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2022). *Safety in Numbers 2022: Decrease in intentional homicides*. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/anuario-2022-infographic.pdf>

França, T. (2022). Corpo(s) em movimentos: trajetória(s) corpórea(s) de mulheres brasileiras migrantes. *Cadernos Pagu*, 63, e216300. <https://doi.org/10.1590/18094449202100630000>

França, T., & Oliveira, S. P. de. (2022). Mulheres brasileiras imigrantes como estraga-prazeres: revelando racismo no “amigável” Portugal. *Cadernos Pagu*, 63(2021), e216301. <https://doi.org/10.1590/18094449202100630001>

Freyre, G. (1933). *Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt.

Godoy, G. L. de (2021). *Colonização e descolonização: fundamentos da dominação Ocidental e perspectivas de transformação*. *Sociologias Plurais*, 7(1). <https://doi.org/10.5380/sclplr.v7i1.79179>

Goffman, E. (1963). *Stigma: Notes on the management of spoiled identity*. Prentice-Hall.

Gomes, M. S. (2013). O imaginário social “mulher brasileira” em Portugal: Uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação. *Dados*, 56(4), 867–900.

Gomes, M. S. (2019). Dos museus dos descobrimentos às exposições do império: O corpo colonial em Portugal. *Revista Estudos Feministas*, 27(3), 2–15. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n357903>

Gonzalez, L.(2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Org. Flávia Rios, Márcia Lima – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Zahar.

Grosfoguel, R. (2023). *Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada*. In J. Bernardino-Costa, N. Maldonado-Torres & R. Grosfoguel (Orgs.), *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico* (2. ed.; 4. reimp.). Autêntica. pp. 55–78

Hall, S. (1997). *The spectacle of the “Other”*. In S. Hall (Ed.), *Representation: Cultural representations and signifying practices* (pp. 223–290). London: Sage/Open University Press.

IBGE-Agência de Notícias. (2021). *A total of 29.1 million were affected by violence in 2019, with women, youth and black population as the main victims*. Recuperado de <https://www.agenciadenoticias.ibge.gov.br/en/agencia-news/2184-news-agency/news/30672-a-total-of-29-1-million-were-affected-by-violence-in-2019-with-women-youth-and-black-population-as-the-main-victims>

Inspere – Núcleo de Estudos Raciais. (2024). *Violência sexual e raça no Brasil: análise de dados do Sistema Nacional de Atendimento Médico*. São Paulo: Inspere. Disponível em <https://www.insper.edu.br/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). *Censo 2022: Brasil tinha 16,4 milhões de pessoas morando em favelas e comunidades urbanas*. Agência de Notícias IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41797-censo-2022-brasil-tinha-16-4-milhoes-de-pessoas-morando-em-favelas-e-comunidades-urbanas>

Leite, M. J. dos S. (2017). *Tráfico Atlântico, Escravidão e Resistência no Brasil*. Sankofa (São Paulo), 10(19), 64-82. <https://doi.org/10.11606/issn.1983-6023.sank.2017.137196>

Lewontin, R. C. (1972). The apportionment of human diversity. *Evolutionary Biology*, 6, 381–398.

Lima-Payayá, J. da S., & Vedovatto, M. (2025). Indígenas mulheres: geograficidade e ancestralidade dos corpos-terra. *Geograficidade*, 15(1), 31–43. <https://www.periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/62384>

López, L. C. (2015). *O corpo colonial e as políticas e poéticas da diáspora para compreender as mobilizações afro-latino-americanas*. *Horizontes Antropológicos*, 21(43), 301–330. <https://doi.org/10.1590/s0104-71832015000100012>

Manu da Cuíca & Raul DiCaprio. (2021). *Pra matar preconceito* [Canção]. Em *Pra matar preconceito – Single*. Warner Chappell Edições Musicais. <https://open.spotify.com/>

Martins, C. C., & Miranda, D. C. B. (2020). Erotização e sexualização do corpo: Representações sociais da mulher brasileira. *Gênero na Amazônia*, (16–18), 131–148. <https://doi.org/10.18542/rcga.v0i16-18.13288>

Mbembe, A. (2016). *Necropolítica*. *Arte & Ensaios*, 32, 122–151. <https://doi.org/10.60001/ae.n32.p122-151>

Melo, A. B. B. de Almeida; Flores, G. (2022). “Mulata tipo exportação”: A discursivização do corpo negro feminino na contemporaneidade brasileira. In *Anais do Seminário Interinstitucional e Internacional em Análise de Discurso (SIIAD)*. Even3

Merleau-Ponty, M. (2011). *Fenomenologia da percepção* (4ª ed.). WMF Martins Fontes.

Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. (2025). *Relatório anual socioeconômico da mulher: RASEAM* (Ano 7, mar. 2025). Observatório Brasil da Igualdade de Gênero/MMULHERES.

Munanga, K. (1999). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Vozes.

Nascimento, A. (1978). *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. Paz e Terra.

Nogueira, M. A., & Catani, A. M. (Eds.). (2001). *Escola e classes sociais: Leituras de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Cortez.

Nunes, S. (2022). *Povoada* [Canção]. Em *Travessia*. Sued Nunes Produções.

Núñez, G. D. (2022). *Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude* (Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina). Repositório UFSC.

Organização Mundial da Saúde. (2018, 25 de julho). *Neste Dia Laranja, OPAS/OMS aborda violência sexual e suas consequências para as vítimas*. Washington, DC: Organização Pan-Americana da Saúde / OMS. Recuperado de <https://www.paho.org/pt/noticias/25-7-2018-neste-dia-laranja-opasoms-aborda-violencia-sexual-e-suas-consequencias-para>

Padilla, B., Gomes, M., & Fernandes, G. (2010). *Ser brasileira em Portugal: Imigração, gênero e colonialidade*. In Atas do 1º Seminário de Estudos sobre Imigração Brasileira na Europa (pp. 113–121). Barcelona. <https://seminariobrasileuropa2010.files.wordpress.com/2011/01/livro-i-seminc3a1rio-de-estudos-sobre-imigrac3a7c3a3o-brasileira-na-europa.pdf>

Pinheiro, D.; Silva, A. B. T., & Santos, C. R. Dos. (2024). *A colonização dos corpos: Uma busca pela libertação*. *Revista África e Africanidades*. 16(49). 50-63.

Pinto, F. B. P., & Marques, J. (2023). O estereótipo da mulher brasileira no imaginário português: Estudo de caso na cidade de Coimbra. *Revista Temas Sociais*, (5), 46-64. https://doi.org/10.53809/TS_ISS_2023_n.5_46-64

Pontes, L. O. (2004). *Mulheres brasileiras na mídia portuguesa*. **Cadernos Pagu**, (23), 229–256. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000100010>

Quijano, A. (2005). *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Boitempo. 1-47.

Ribeiro, S., & Ribeiro, D. (2025). *A Mulata Globeleza: Um manifesto*. Geledés – Instituto da Mulher Negra. <https://www.geledes.org.br/a-mulata-globeleza-um-manifesto/>

Ribeiro, F. B., & Sacramento, O. (2009). Imagens, erotismo e culturas “on the road”: Perspectivas sobre o Brasil como destino turístico. *Configurações*, 5–6, 119–138. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.472>

Rossi, J. de C., & Silva, L. M. P. (2015). “Manifesto em repúdio ao preconceito contra as mulheres brasileiras em Portugal”: Uma crítica ao discurso do programa “Café Central” da RTP. *Sociologias Plurais*, 3(2), 82-102. <https://doi.org/10.5380/sclplr.v3i2.64752>

Sá, C., Sin, C., Pereira, F., Aguiar, J., & Tavares, O. (2021). *Estudantes nacionais e internacionais no acesso ao ensino superior: Quem são, que escolhas fazem e como acedem ao mercado de trabalho*. Porto: Fundação Belmiro de Azevedo. Recuperado de <https://www.edulog.pt/storage/app/uploads/public/632/454/79e/63245479ef2ab111642163.pdf>

Santos, B., Gomes, C., Duarte, M., & Baganha, M. I. (2007). *Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual*. Portugal. Projecto CAIM.

Schucman, L. V. (2012). *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana (Versão corrigida)* (Tese (Doutorado)). Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/>

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). (2014). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (RIFA) 2013* (dados referentes ao ano de 2013). Lisboa: SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). (2019). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (RIFA) 2018* (dados referentes ao ano de 2018). Lisboa: SEF.

Souza, L. A. (2009). *A pré-história da imagem estereotipada da mulher brasileira: desvendando o estereótipo*. Revista Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade, (3-4). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. https://www4.pucsp.br/revistacordis/downloads/numero3_4/revista_cordis_3_4_lisani.pdf

Teles, L. M. S., & Adi, A. S. (2008). *Hipersexualização das mulheres negras: Aspectos sócio-históricos e a influência da mídia* (29 p.). Faculdade São Francisco de Barreiras. Artigo apresentado no X Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as) – COPENE, Brasília, DF, Brasil. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/474177432/Hipersexualizacao-das-Mulheres-Negras-aspectos-socio-historicos-e-a-influencia-da-midia>

Usina de Valores. (2019). *A fetichização é uma das maiores causas da violência sexual contra mulheres indígenas*. Usina de Valores. <https://usinadevalores.org.br/a-fetichizacao-e-uma-das-maiores-causas-da-violencia-sexual-contras-mulheres-indigenas>

Vergès, F. (2020). *Um feminismo decolonial* (A. C. P. de Bragança, Trad.). Ubu Editora.

Walby, S. (1990). *Theorizing patriarchy*. Oxford, UK: Basil Blackwell.

Anexos

Anexo A – Formulário de Seleção para a Entrevista

Bom dia, me chamo Beatriz Duarte e faço mestrado em Psicologia da Relações Internacionais.

Estou realizando essa entrevista para uma pesquisa sobre a realidade da mulher brasileira aqui em Lisboa. O objetivo deste trabalho é saber um pouco como foi o seu percurso até chegar aqui e como está sendo a experiência de morar em Portugal. Aqui estão algumas questões para saber um pouco sobre você. Muito obrigada pela participação.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. Qual o seu nome? *

2. Quantos anos tem? *

3. De qual região do Brasil você vem? *

- Norte
- Nordeste
- Sul
- Sudeste

4. Qual seu Estado? *

5. No Brasil, você se autodeclara uma pessoa *

- Branca
- Parda
- Preta
- Indígena

6. Mora em Lisboa há quanto tempo? *

- de 6 meses a 1 ano
- de 1 a 2 anos
- de 2 a 3 anos
- de 3 a 4 anos
- de 4 a 5 anos
- de 5 a 10 anos
- mais de 10 anos

7. Qual o seu número de WhatsApp para entrar em contato, tirar possíveis dúvidas e marcar a entrevista?

<https://docs.google.com/forms/d/1u67lqI9PYtc726RhudnA6bGiwHelP0Enyi4O6Ws6N-E/edit> 1/2

Anexo B – Roteiro da Entrevista

Dados Pessoais:

Nome:

Idade:

Naturalidade:

Região do Brasil em que cresceu:

Autodeclaração étnico-racial:

Quanto tempo morando em Portugal:

Guia da Entrevista:

1. Me conte um pouco sobre como era a sua realidade no Brasil (composição familiar, situação social, característica da cidade onde morava, escolaridade, um pouco de como era a rotina antes de se mudar para Portugal)
2. Qual o motivo que te fez se mudar para Portugal? Como foi esse percurso? (já tinha cidadania, visto ou ficou algum tempo ilegal?) Como foram os primeiros meses? (como foi a estruturação inicial: moradia, documentação, trabalho)
3. Dentro deste processo de viver em Portugal, teve momentos em que você se sentiu vulnerável? Se sim, teria alguma situação por você ser mulher? Ou por você ser uma mulher brasileira?
4. Você percebia alguma diferenciação de tratamento quando percebiam que você era uma mulher brasileira? Como isso acontece?
5. Você já percebeu algum comentário de cunho sexual quando percebiam que era brasileira?
6. Dentro dessa situação, como você se sentiu? E como foi a sua reação?
7. Você teve algum acolhimento durante ou após o incidente? Se sim, como foi?

8. Você se sentiria tranquila em buscar ajuda para uma situação dessa com pessoas ou autoridades portuguesas?
9. Morando esse tempo em Portugal, você mudou algum hábito diário ou forma de se vestir para se adequar a cultura do país e poder passar despercebida como brasileira? Percebeu diferença? Se sim, quais?
10. Agora com relação ao Brasil, como eram os seus hábitos diários? Usava as roupas que queria, frequentava tranquilamente qualquer espaço? ou se sentia desconfortável com ações de pessoas ao redor?
11. No Brasil, a sexualização do corpo da mulher é muito grande, mas você sentia uma sexualização maior do que o tido como “normal”? Se sim, nesse (s) episódio(s) teve algum vínculo dessa ação com falas voltadas as suas vestimentas, ou a sua característica étnico-racial ou somente por ser mulher? Esses acontecimentos ocorriam com que frequência?
12. Como você se sentia quando essas situações aconteciam? Quais foram as suas reações?
13. Com relação a suas ações no momento e logo depois, você se sentia de alguma forma acolhida socialmente (por pessoas à sua volta ou autoridades brasileiras) para reagir contra o assédio sofrido?
14. Você consegue perceber diferenças entre como você se sentiu quando as situações ocorreram no Brasil e em Portugal? Qual a diferença?
15. Depois desses acontecimentos, quais as diferenças que você percebe nos seus pensamentos e ações?

Anexo C – Consentimento Informado

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. O estudo tem por objetivo de observar como a hipersexualização da mulher brasileira, no contexto português, pode ser percebida e sentida por mulheres racializadas e não racializadas no Brasil, e como suas experiências no país de origem pode influenciar em suas reações no país de imigração. A sua participação no estudo, que será muito valorizada, irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, consiste em participar de uma entrevista que irá recolher alguns dados pessoais e informações sobre experiências vivenciadas ao longo da vida.

O Iscte é o responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, recolhidos e tratados exclusivamente para as finalidades do estudo, tendo como base legal o seu consentimento no art. 9o, no2, alínea a) do Regulamento Geral de Proteção de Dados. No qual, a participante autoriza a recolha de dados como: origem racial, étnica, regional, e experiências pessoais de cunho sexual.

O estudo é realizado por Beatriz Rosa Duarte (brdea@iscte-iul.pt), que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais. Poderá utilizar o contacto indicado para solicitar o acesso, a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

A participação neste estudo é confidencial. Os seus dados pessoais serão sempre tratados por pessoal autorizado vinculado ao dever de sigilo e confidencialidade. O Iscte garante a utilização das técnicas, medidas organizativas e de segurança adequadas para proteger as informações pessoais. É exigido a todos os investigadores que mantenham os dados pessoais confidenciais. Além de confidencial, a participação no estudo é estritamente voluntária: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação e retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais em qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação. A retirada de consentimento não afeta a legalidade dos tratamentos anteriormente efetuados com base no consentimento prestado. Os seus dados pessoais serão conservados por até 6 meses após as provas de defesa da dissertação do Mestrado após o qual serão destruídos ou anonimizados, garantindo-se o seu anonimato nos resultados do estudo, apenas divulgados para efeitos estatísticos, de ensino, comunicação em encontros ou publicações científicas.

Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo.

O Iscte não divulga ou partilha com terceiros a informação relativa aos seus dados pessoais.

O Iscte tem um Encarregado de Proteção de Dados, contactável através do email dpo@iscte-iul.pt. Caso considere necessário tem ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo competente – Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Declaro ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pelo/a investigador/a, ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora.

Aceito participar no estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com a informações que me foram disponibilizadas.

Sim Não

_____, ____ / ____ / _____

[local, dia / mês / ano]

Nome:

Assinatura:

Anexo D - Debriefing/ Explicação da Investigação

Muito obrigado por ter participado neste estudo. Conforme adiantado no início da sua participação, o estudo incide sobre o tema da hipersexualização da mulher brasileira no contexto português, a partir de experiências vividas no Brasil e em Portugal, e pretende observar suas experiências relacionadas sexualização do seu corpo durante sua vida e como elas foram sentidas e interpretadas na sua realidade como imigrante em Portugal e no seu país de origem (no Brasil), caso tenha tido essas vivências nos dois países, e qual as consequências na sua vida após esses episódios.

No âmbito da sua participação, como o tema é sensível e pode trazer memórias de situações traumáticas, deixo alguns canais de contacto para acolhimento e tratamento presentes em Portugal.

Atendimento psicossocial da Câmara Municipal de Lisboa – O serviço “Liga-te” é uma linha de atendimento que disponibiliza apoio psicológico de forma gratuita e responde aos problemas sociais apresentados pelas pessoas. Contacto: 800 916 800 /Atendimento:24h/dia 7dias/semana.

Aconselhamento Psicológico do SNS 24 – O serviço de aconselhamento psicológico está integrado na linha telefónica do SNS 24 e pretende dar apoio às preocupações e desafios psicológicos dos utentes e profissionais de saúde. É gratuito. Contacto: 808 24 24 24 seleccionar depois opção 4 /Atendimento: 24h/dia 7dias/semana.

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – É uma instituição particular de solidariedade social que apoia, de forma individualizada, qualificada e humanizada, vítimas de crimes, através de prestação de serviços gratuitos e confidenciais. Contacto: 116 006/ Atendimento: 08h às 22h dias úteis. Ou www.apav.pt – apav.sede@apav.pt.

Casa do Brasil – Projeto Casa Acolhe. Consulta aberta: o primeiro contato para pessoas imigrantes que buscam acompanhamento psicológico. Contacto: casaacolhecb1@gmail.com / Atendimento: Segundas-feiras, das 11h às 13h na sede da Casa do Brasil (Rua Luz Soriano, 42 – Lisboa), atendimento por ordem de chegada.

Reforçamos os dados de contacto que pode utilizar caso deseje colocar uma dúvida, partilhar algum comentário, ou assinalar a sua intenção de receber informação sobre os principais resultados e conclusões do estudo: Beatriz Rosa Duarte, brdea@iscte-iul.pt ou WhatsApp +351 912 123 050.

Se tiver interesse em aceder a mais informação sobre o tema do estudo, pode ainda consultar as seguintes fontes: www.brasileirasnaosecalam.com, Gênero, Colonialidade e Migrações: uma análise de discursos institucionais sobre a “Brasileira Imigrante” em Portugal <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n38p404>, “TODA BOA, TODA BOA, ELA É TODA BOA”: SOBRE O ESTEREÓTIPO MIDIÁTICO DA MULHER BRASILEIRA NO IMAGINÁRIO PORTUGUÊS, www.blucher.com.br, Minha carne não me define: a hipersexualização da mulher negra no Brasil. <https://doi.org/10.52521/19.5274>, Pacto da Branquitude – Cida Bento (Livro).

Mais uma vez, obrigado pela sua participação.

Beatriz Rosa Duarte